

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

SEBASTIANA ESTEFANA TORRES BRILHANTE

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES NO CURSO DE
LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

NATAL
2019

SEBASTIANA ESTEFANA TORRES BRILHANTE

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES NO CURSO DE
LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof^a. Dr.a Ilane Cavalcante
Ferreira

NATAL

2019

Brilhante, Sebastiana Estefana Torres.
B857p As percepções de gênero das docentes no curso de licenciatura
em química do Instituto Federal do Rio Grande do Norte / Sebastiana
Estefana Torres Brilhante. – Natal, 2019.
98 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte. Natal, 2018.

Orientador (a): Dra. Ilane Ferreira Cavalcante.

1. Ensino superior - Relações de gênero. 2. Professor de
química - Formação. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte. I. Cavalcante, Ilane Ferreira. II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande
do Norte. III. Título.

CDU 378-055.2

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

SEBASTIANA ESTEFANA TORRES BRILHANTE

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES NO CURSO DE
LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

NATAL
2019

SEBASTIANA ESTEFANA TORRES BRILHANTE

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES NO CURSO DE
LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE
DO NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof^a. Dr.a Ilane Cavalcante
Ferreira

NATAL

2019

Brilhante, Sebastiana Estefana Torres.
B857p As percepções de gênero das docentes no curso de licenciatura
em química do Instituto Federal do Rio Grande do Norte / Sebastiana
Estefana Torres Brilhante. – Natal, 2019.
98 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte. Natal, 2018.

Orientador (a): Dra. Ilane Ferreira Cavalcante.

1. Ensino superior - Relações de gênero. 2. Professor de
química - Formação. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte. I. Cavalcante, Ilane Ferreira. II.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande
do Norte. III. Título.

CDU 378-055.2

SEBASTIANA ESTEFANA TORRES BRILHANTE

**AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES NO CURSO DE
LICENCIATURA EM QUÍMICA DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas

Dissertação apresentada e aprovada em 22/02/2019, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Ilane Ferreira Cavalcante, Prof^a Dra. - Presidente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Maria da Conceição Crisóstomo de M. G. Matos Flores, Prof.^a Dra. - Titular externa
Universidade Potiguar

Olívia Moraes de Medeiros Neta, Prof^a Dra. - Titular interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Eulália Raquel Gusmão de Carvalho Neto, Prof^a Dra. - Suplente externa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Francinaide de Lima Silva Nascimento, Prof^a Dra. - Suplente interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho às docentes entrevistadas, que acolheram meu convite e compartilharam suas vivências, tornando possível esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por permitir mais essa realização em minha vida.

Agradeço a minha mãe Vilma e a minha avó Antônia, mulheres guerreiras e batalhadoras, que não mediram esforço para me apoiar e me darem força para lutar pelos meus sonhos.

À minha irmã Roseana pela ajuda, conselhos, confiança e pelas nossas conversas que foram fundamentais para o término deste trabalho. Você foi a pessoa com quem compartilhei os momentos de tristezas e alegrias desta conquista.

Ao meu amado esposo Eduardo, por toda compreensão, carinho, amor e por me ajudar muitas vezes a achar soluções quando elas pareciam desaparecer.

Aos meus amigos do IFRN, que me apoiaram durante essa caminhada, em especial Roberto Lima, Liliane Gurgel, Erika Moreira e Samara Yonetei, com quem muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias, angústias e ansiedade e que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e me ajudando.

Agradeço todos aqueles que acreditaram na realização deste trabalho e deram-me forças e estímulo para dar prosseguimento. Aos colegas das turmas “Intelectuais orgânicos” e “Never Temer”. Em especial às colegas Ana Luiza, Alyne, Núbia e Sueli, com quem compartilhei alegrias, angústias, dúvidas e publicações, nossas conversas e risadas foram fundamentais para o término deste trabalho.

Agradeço à minha querida orientadora a Prof^ª. Dra. Ilane Cavalcante, mulher que aprendi a admirar e a respeitar, obrigada pela sua orientação e principalmente pela sua amizade e ajuda em todos os momentos. Agradeço por me apresentar um mundo novo (as questões de gênero), por ter me tirado da zona de conforto, por transmitir seus conhecimentos e por fazer da minha dissertação uma experiência positiva e por ter confiado em mim, sempre estando ali me orientando e me dedicando parte do seu tempo.

A todos que fazem parte do PPGEF, em especial a todos os professores por terem exigido de mim muito mais do que eu supunha ser capaz de fazer.

A todos que aceitaram de prontidão participar da banca desse trabalho, obrigado pelas contribuições.

Por fim, mas não menos importante, agradeço as docentes entrevistadas, que aceitaram prontamente me ajudar com essa dissertação, mulheres guerreiras que

aprendi a admirar e me espelhar. Sem a contribuição de vocês essa dissertação não seria tão especial. Obrigada.

RESUMO

A presente dissertação é fruto da investigação realizada com todas as docentes que atuam nas disciplinas do Eixo Específico no Curso de Licenciatura em Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) sobre suas percepções acerca das relações de gênero. Este trabalho percorre, inicialmente, o histórico educacional das mulheres e as primeiras escolas profissionais feminina no país, uma vez que nosso *lócus* é uma escola centenária de educação profissional, analisando ainda a existência de possíveis disparidades de gênero no Ensino Superior e mais especificamente na área de Química. Para isso, o estudo foi dividido em duas partes, a primeira com caráter quantitativo e comparativo por confrontar dados referentes a homens e mulheres, retirados do sistema Conjunto de Dados Estatísticos (CENSO) e do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP); a partir dos dados extraídos do SUAP, em Abril de 2018, foi constatado que a instituição possui 80 professores de Química, no qual 60 são do sexo masculino e apenas 20 do sexo feminino, sendo que apenas cinco dessas mulheres atuam como docente no Curso de Licenciatura em Química, assim, delimitamos as sujeitas dessa pesquisa; a segunda parte da metodologia, de caráter e abordagem qualitativos, utilizou a entrevista como estratégia de coleta de dados que foram trabalhados, por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi (2007, 2016). Consideramos que o curso de Licenciatura em Química não tem predominância masculina, como é referido na área das Ciências Exatas, no entanto, o estudo revelou que a disparidade de gênero entre os docentes de Química na instituição é significativa. Depreendemos também que as professoras entrevistadas já passaram por alguma situação em que sofreram discriminação ou preconceito de gênero pelos pares, alunos ou superiores. Constatamos ainda que, conforme a percepção das entrevistadas, são poucas as mulheres que possuem cargos de alta hierarquia no IFRN. Concluímos esse trabalho apontando a urgente necessidade de uma educação e formação pautadas na equidade entre os gêneros não só na área de Química, foco desta pesquisa, mas em todas as áreas.

Palavras-chave: Relações de gênero. Formação de Professoras em Química. Educação Profissional.

ABSTRACT

The present dissertation is the result of a research carried out with all the teachers who work in the subjects of the Specific Axis in the Course of Degree in Chemistry of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) about their perceptions about the relations of genre. This work first deals with the educational history of women and the first female vocational schools in the country, since our locus is a centennial school of professional education, analyzing also the existence of possible gender disparities in Higher Education and more specifically in the area of Chemistry. For this, the study was divided into two parts, the first with quantitative and comparative data comparing data for men and women, taken from the Joint Statistics System (CENSO) and the Unified Public Administration System (SUAP); from the data extracted from the SUAP in April 2018, it was stated that the institution has 80 chemistry professors, in which 60 are male and only 20 female, and only five of these women act as teachers in the Course of Degree in Chemistry, thus, we delimit the subjects of this research; the second part of the methodology, of qualitative character and approach, used the interview as a data collection strategy that was worked through the Discursive Textual Analysis (ATD) proposed by Moraes and Galiazzi (2007, 2016). We consider that the degree course in Chemistry does not have male predominance, as it is referred in the area of Exact Sciences, nevertheless, the study revealed that the gender disparity among the professors of Chemistry in the institution is significant. We also find that the teachers interviewed have already experienced some situation in which they suffered discrimination or gender bias by peers, students or superiors. We also found that, according to the interviewees' perception, few women hold high-ranking positions in the IFRN. We conclude this work by pointing out the urgent need for education and training based on gender equity, not only in the area of Chemistry, the focus of this research, but in all areas. Keywords: Gender relations. Teacher Training in Chemistry. Professional education.

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 -	As alunas e diretora da Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro, em 1916	32
Fotografia 2 -	As alunas na aula de culinária na Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa	34
Fotografia 3 -	Laboratório de Química da Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa	35
Fotografia 4 -	Exposição de renda e bordados da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha	36

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - “emprego igualitário”	71
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de Concluintes por sexo em Cursos de Licenciatura na modalidade presencial no Brasil, nos anos de 2009 – 2016	43
Gráfico 2 -	Número de Concluintes por sexo em Cursos de Bacharelado Presenciais no Brasil, nos anos de 2009 - 2016	44
Gráfico 3 -	Número de Concluintes por sexo em Cursos de Tecnólogos Presenciais no Brasil, nos anos de 2009 – 2016	45
Gráfico 4 -	Porcentagem de alunos por gênero em áreas de conhecimento	46
Gráfico 5 -	Número de docentes em exercício, na Educação Superior, por sexo, no Brasil	49
Gráfico 6 -	Número de docentes em exercício, na Educação Básica, por sexo, no Brasil	50
Gráfico 7 -	Número de alunos formados em Licenciatura em Química no IFRN de 2013 a 2018	53
Gráfico 8 -	Número de docentes no IFRN com entrada nas disciplinas de Química	54
Gráfico 9 -	Número de docentes no IFRN com entrada nas disciplinas de Química	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Identificação das entrevistadas	18
Quadro 2 -	Regras de transcrições	19
Quadro 3 -	Distribuição percentual dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança	24
Quadro 4 -	Perfil Profissional das docentes entrevistadas	57
Quadro 5 -	Síntese das subcategorias	63
Quadro 6 -	Síntese das subcategorias	74

LISTA DE SIGLAS

ATD -	Análise Textual Discursiva
CEFET -	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSO -	Conjunto de Dados Estatísticos
CNPQ -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IFRN -	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PIBID -	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência
PPC -	Projeto Pedagógico do Curso
PPGEP -	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
RN -	Rio Grande do Norte
SUAP -	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE -	Termo de Consentimento Livre Esclarecimento
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO	21
2.1	EDUCAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES NA PRIMEIRA REPÚBLICA	26
2.2	A EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES E A PROPOSTA DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS FEMININAS NO BRASIL	31
3	REFLEXÃO SOBRE OS DADOS EDUCACIONAIS DO BRASIL: FORMAÇÃO SUPERIOR ENTRE OS GÊNEROS	40
3.1	ANÁLISE DOS DADOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A RELAÇÃO DE GÊNERO	41
3.2	QUÍMICA: CURSO PARA HOMENS E/OU PARA MULHERES? REALIDADE DO IFRN	51
4	AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFRN	57
4.1	O PERFIL DAS PARTICIPANTES, A ESCOLHA DO MAGISTÉRIO COMO PROFISSÃO E O CURSO DE QUÍMICA	57
4.2	PERCEPÇÃO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE	63
4.2.1	Papéis	64
4.2.2	Desigualdades	65
4.2.3	Influência profissional	67
4.2.4	Predominância nos cursos de Licenciatura em Química	70
4.3	EMPREGO IGUALITÁRIO	71

4.4	VIVÊNCIA DA RELAÇÃO DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO	74
4.4.1	Discriminação e preconceito	75
4.4.2	Convivência com os pares e superiores	77
4.4.3	Divisão de disciplinas	79
4.4.4	Cargos de chefia e de confiança	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERENCIAS	88
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	95
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)	98

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como **objeto de pesquisa** a percepção de gênero das docentes do Curso de Licenciatura em Química na Educação Profissional. O objeto de estudo se deu a partir da minha formação em Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Apodi, onde mais da metade dos professores do Núcleo Específico¹ era do sexo masculino e a minha turma era composta de mais pessoas do sexo feminino, essas diferenças continuaram quando ingressei, em 2014, como professora substituta da mesma instituição, no Campus Natal Zona Norte, quando dentro do pequeno núcleo docente de Química eu era a única professora do sexo feminino. Tenho como partida a relação entre os gêneros em um contexto social e histórico marcado pela forma preconceituosa e discriminatória com que a mulher é tratada, oriunda de uma sociedade patriarcal. Mesmo reconhecendo os avanços das mulheres nos espaços públicos a equidade entre os gêneros ainda está longe de ser uma realidade nas mais diversas áreas de nossa sociedade.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do IFRN, fui indagada pela orientadora deste trabalho sobre essas questões de gênero que rodeiam até hoje algumas áreas, sendo química uma delas. A partir de conversas e questionamentos chegamos ao tema norteador do estudo que é as relações de gênero e a docência em Química.

Dessa forma, a relação de gênero na Educação Profissional é uma vertente que mostrou-se bastante interessante, pois as pesquisas na área são encontradas apenas em trabalhos que analisam a percepção dos alunos em relação as questões de gênero nas instituições de Educação Profissional, e daí o interesse em analisar a percepção das docentes uma vez que são os formadores.

Assim, o **objetivo geral** é analisar as percepções das docentes que atuam nas disciplinas do núcleo específico no curso de Licenciatura em Química do IFRN sobre as relações de gênero. Os **objetivos específicos** são: verificar possíveis disparidades de gênero, na atuação e formação na área de química entre os

¹ Nos Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2009 e 2012, a matriz curricular era dividada em quatro núcleos, sendo o fundamental, o específico, o epistemológico e o didático-pedagógico; a partir do PPC de 2016 passou-se a demoninar de eixo, uma vez que o mesmo é parte integrante do núcleo, assim, a matriz curricular a partir de 2016 organiza-se em três núcleos e três eixos.

docentes das disciplinas do núcleo específico do Curso de Licenciatura em Química do IFRN; examinar a percepção das docentes acerca das relações de gênero dentro das disciplinas do Eixo Específico da Licenciatura em Química do IFRN.

No processo de compreensão e **investigação do objeto, nos questionamos**: as relações de gênero podem influenciar nas opções tanto para mulheres como para homens, restringindo os campos de atuação conforme o sexo? Será que existem desestímulos e obstáculos implícitos e/ou explícitos na cultura e no profissional do professor de Química a partir de interferências de gênero?

No que se refere à **metodologia de investigação**, esta dissertação é dividida em duas partes, a primeira classificada como comparativa por confrontar dados referentes a homens e mulheres; de caráter quantitativo, a partir do levantamento sobre os dados educacionais de formação superior e trabalho docente no Brasil. Para isso, analisamos os dados de 2009 a 2016, no sistema Conjunto de Dados Estatísticos (CENSO)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) levando em consideração a formação superior entre os gêneros e a disparidade entre os docentes que atuam na Educação Superior e Educação Básica, e ainda os dados de 2014 a 2017, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)/IFRN quanto à representatividade de gênero em número de discentes e docentes no Curso de Licenciatura em Química dentro da realidade do IFRN. A segunda é quali-quantitativa e efetivada como uma pesquisa de natureza qualitativa, ligada a um universo de significações (MINAYO, 2007), que é o ponto de partida para a elaboração desse estudo que contribui para compreendermos as relações de gênero a partir das percepções das docentes que atuam nas disciplinas do Eixo Específico no Curso de Licenciatura em Química do IFRN.

Sobre a natureza da pesquisa quali-quantitativa Oliveira (2008, p. 60) afirma que

A abordagem quantitativa se constitui em quantificar dados obtidos através de informações coletadas por meio de questionários, entrevistas, observações e utilização de técnicas estatísticas. Por outro lado, a abordagem qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator e fenômeno da realidade.

A autora reforça que essas abordagens não são excludentes, pois cada uma tem a sua importância quanto a análise dos fenômenos.

A partir dos dados extraídos do SUAP, em Abril de 2018, constatamos que a instituição possui 80 professores de Química, no qual 60 são do sexo masculino e apenas 20 do sexo feminino, sendo que apenas 5 dessas mulheres atuam como docentes no Curso de Licenciatura em Química, assim, delimitamos as sujeitas dessa pesquisa. O Curso de Licenciatura em Química é ofertado em quatro campi do IFRN, que são: Apodi, Currais Novos, Ipanguaçu e Pau dos Ferros, sendo que apenas três dos quatro Campi apresentaram docentes do sexo feminino atuando nas disciplinas de química no Curso Superior, assim um Campus apresentou apenas professores do sexo masculino atuando nas disciplinas de Química na Licenciatura em Química.

A fim de compor o corpus deste trabalho, optou-se pela realização de entrevistas semi-estruturadas com as cinco docentes que atuam no corpo docente da área específica do Curso de Licenciatura em Química do IFRN. Com o objetivo de analisar suas percepções acerca de suas trajetórias e experiências acadêmicas, buscando, a vivência dessas professoras na instituição de ensino em que atuam. Os dados qualitativos coletados foram trabalhados, por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi (2007, 2016). A entrevista contou com três fases, a primeira foi a elaboração das perguntas, seguida das entrevistas e por último, a transcrição das falas das professoras entrevistadas, para assim, fazermos a análise do material.

A elaboração das perguntas foi guiada a partir de Yin (2016), dividindo o roteiro de entrevista em três eixos: Eixo 1: Identificar o perfil e o histórico acadêmico e profissional das entrevistadas; Eixo 2: conhecer as questões de gênero relacionadas às experiências das entrevistadas; Eixo 3: refletir sobre a vivência das relações de gênero no ambiente de trabalho. Com o roteiro finalizado (Apêndice A), iniciamos as entrevistas com as professoras.

Na decorrer das entrevistas foi abordado o entendimento das participantes sobre a Figura 1, para estimular a reflexão sobre a temática em questão.

As entrevistas ocorreram entre os meses de julho e meados de agosto de 2018. O primeiro contato com as entrevistadas foi via e-mail e, em seguida, via aplicativo de mensagem, quando foi marcado o melhor dia, horário e local adequado para a realização das entrevistas. Ao iniciar, sempre agradecíamos a colaboração e explicávamos quais os objetivos e finalidades da pesquisa para as entrevistadas, e logo pedíamos a autorização para fazer a gravação, garantindo o sigilo dos dados e

seu anonimato. Depois era apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE) (Apêndice B), que as entrevistadas liam e, com a concordância, assinavam.

Vale salientar que após o encerramento das cinco entrevistas, todas as entrevistadas sentiram o desejo e necessidade de conversar sobre o tema, falar das suas convicções e vivências fora do ambiente de trabalho. Isso foi bastante gratificante para a pesquisadora, pois mesmo sem a maioria das entrevistadas terem contato e relação direta com a pesquisadora, elas se mostraram bastante a vontade para conversar e compartilhar anseios do cotidiano, além de mostrarem-se satisfeitas com a temática trabalhada nessa dissertação.

Os dados foram coletados a partir de uma entrevista semiestruturada, com docentes de três dos quatro campi que ofertam o Curso de Licenciatura, escolhidas a partir dos dados coletados, sendo assim, os campi não serão identificados especificamente, dessa forma, todos os campi foram chamados apenas de IFRN, de forma a não identificar o Campus específico de cada participante, tendo em vista preservar a identidade das docentes por questão ética.

As entrevistadas ao longo do texto serão identificadas por ordem de entrevista e seguindo a ordem e os símbolos dos elementos da Tabela Periódica, já que é uma das principais marcas da Química e por todas as entrevistadas, assim como a pesquisadora terem formação nessa área. O Quadro 1, apresenta a identificação de cada uma das entrevistadas ao longo do texto.

Quadro 1 – Identificação das entrevistadas.

Professoras/ Símbolo do elemento	Nome do elemento/Significado
Professora H	Hidrogênio - primeiro elemento da Tabela Periódica.
Professora He	Hélio - segundo elemento da Tabela Periódica.
Professora Li	Lítio - terceiro elemento da Tabela Periódica.
Professora Be	Berílio - quarto elemento da Tabela Periódica.
Professora B	Boro - quinto elemento da Tabela Periódica

Fonte: Elaboração própria (2018).

As entrevistas foram seguidas pelo roteiro, com muito respeito e confiança, em um clima bastante agradável, e as participantes falavam de forma espontânea e explicativa. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização prévia.

Após as entrevistas, iniciou-se o processo das transcrições das falas, momento de reflexão para perceber a importância dos aspectos similares e singulares dos discursos, uma vez que o conhecimento obtido pelas reflexões é alcançado segundo Minayo (2007, p. 21-22) “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Para transcrição dos dados foram utilizadas as seguintes regras de transcrição apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Regras de transcrições.

Símbolo	Significado
:	Repetição de uma palavra
::	Repetição da frase
...	Pausa curta
-	Pausa longa
()	Palavra que escutei
Letra em negrito	Alterado pela autora
Letra maiúscula	Exaltação da voz
***	Risos

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com as transcrições feitas, começou a reflexão e a análise dos dados. A partir da metodologia encaminhou-se para análise textual do discurso, de acordo com Moraes (2003, p. 197),

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada.

No processo de análise são constituídas significações elaboradas no momento da unitarização que são decisivas na categorização e na comunicação a partir da reflexão dos discurso presente neles. (MORAES; GALIAZZO, 2007, 2016).

No primeiro capítulo, tivemos como objetivo abordar as questões de gênero na educação profissional e no processo da formação feminina para o trabalho. Para isso fazemos um breve histórico acerca do acesso das mulheres à educação geral e profissional. Em seguida, discorremos sobre educação e trabalho das mulheres na primeira república e finalizamos esse capítulo apresentando as primeiras propostas de educação profissional voltadas exclusivamente para o sexo feminino.

No Segundo capítulo, tivemos como objetivo apresentar uma reflexão sobre os dados educacionais de formação superior no Brasil. Para isso, analisamos os dados de 2009 a 2016, levando em consideração a formação superior entre os gêneros, percorrendo os cursos que são “taxados” como masculinizados ou feminilizados. Finalizamos esse capítulo abordando o Curso de Licenciatura em Química quanto à representatividade de gênero em número de discentes e docentes dentro da realidade do IFRN.

No terceiro capítulo, focamos na análise dos registros gerados. Tal análise foi dividida em três eixos de acordo Yin (2016): no primeiro, destacamos a apresentação do estudo, identificação e histórico acadêmico e profissional das entrevistadas, no segundo, conhecendo as questões de gênero das entrevistadas, e no terceiro eixo, as reflexões sobre as vivências das relações de gênero no âmbito profissional.

Encerramos este trabalho de dissertação com as considerações finais e incluindo, após as referências utilizadas, os apêndices que nos pareceram relevantes.

2 GÊNERO E EDUCAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO

[...] os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*.” (BEAUVOIR, 1970, p. 14).

Início este texto dissertativo pegando emprestado as palavras de Simone de Beauvoir retiradas do primeiro capítulo, Fatos e Mitos, do livro **Segundo Sexo** (1970), onde são apresentadas algumas reflexões acerca das questões que regem a desigualdade entre os sexos. A autora alerta para o fato de que deveríamos conduzir uma realidade de complementação, pois as diferenças biológicas e fisiológicas, deveriam ser tidas como uma complementação de ambos, não como forma de submissão de um sexo sobre o outro. Beauvoir (1970, p. 13) acrescenta que “[...] a divisão dos sexos é, com efeito, um dado biológico e não um momento da história humana.”.

O conceito de gênero, no entanto, amplia a perspectiva da visão dicotômica entre os sexos e ganha uma amplitude e uma complexidade ao longo do tempo, como Judith Butler elucida: “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado;” (BUTLER, 2013, p. 25) posto que, como a filósofa americana afirma, “O gênero são significados assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira.” (BUTLER, 2013, p. 24), visto “[...] denotar uma unidade de experiência, de sexo, gênero e desejo.” (BUTLER, 2013, p. 45).

As desigualdades de gênero são embrionadas em todas as instâncias da vida social, seja ela pública ou privada. Portanto, não se deseja, nesse caso, utilizar esse termo simplesmente a partir do aspecto biológico, cujas desigualdades entre os sexos se dão por meio da análise de enfoques naturalistas, que levaram a acreditar, durante muitos anos, que a mulher deveria ser subordinada ao homem baseando-se apenas nas estruturas biológicas de cada indivíduo e a partir de parâmetros masculinos de análise. (ALMEIDA, 1998).

Pode-se afirmar que não é aceitável a diferença entre homens e mulheres ser baseada apenas no aparelho reprodutor feminino e masculino. Esse equipamento biológico natural não é suficiente para assegurar a diferença entre ambos, não é justificativa para a submissão vivida pelo sexo feminino durante toda a história da humanidade. Sobre essa conduta sexista, Almeida (1998, p. 43–44) defende que se

deve abolir a diferença existente, baseada apenas no sexo, que determina o que cada indivíduo é capaz ou não de fazer apenas sob essa perspectiva fisiológica.

A conduta sexista consiste em atribuir às diferenças anatômicas e fisiológicas de homens e mulheres correspondentes diversificações ou aptidões para o exercício de determinadas funções sociais e no mundo do trabalho, num prejulgamento do que é adequado para cada sexo. O processo de imputar para homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de gênero para os dois sexos que, infalivelmente, leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica na qual as fêmeas sempre saem perdendo, dado que as atividades masculinas sempre foram consideradas de primeira ordem e as femininas, de segundo escalão.

Para se entender os estudos sobre gênero é necessário inicialmente uma reflexão sobre como se chegou até esse foco de estudo. Segundo Almeida (1998, p. 40), o conceito de gênero, apesar de muitas vezes na literatura ser estudado com o foco sobre a mulher, deve ser entendido com um sentido mais amplo, como “[...] uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais.”. Mas esse movimento do estudo de gênero teve início nos movimentos feministas, por isso as questões de gênero na maioria das vezes são associadas a lutas feministas.

Existiram vários movimentos feministas ao longo da história, desde do movimento das sufragistas no final do século XIX, na Inglaterra, cuja principal reivindicação foi a dos direitos políticos para as mulheres e a educação pública (ABREU, 2002; OLIVEIRA; CASSAB, 2014; SILVA, 2008). As mulheres desejavam ser consideradas cidadãs para terem direito, por exemplo, ao voto ou a receber a herança caso o pai falecesse, pois naquela época, caso fossem filhas únicas, a herança iria para o membro masculino mais próximo da família, as filhas mulheres não poderiam receber a herança. A busca era pela cidadania feminina na Inglaterra. No Brasil, embora esse movimento tenha precursoras no século XIX, vai ter impacto apenas no século XX.

Após a conquista do voto, não só na Inglaterra, mas em outros países, entre o final do século XIX e o início do século XX, as vozes das mulheres alcançaram outras lutas e encamparam outras batalhas, ligadas à cidadania e à igualdade de papéis sociais, como, por exemplo, o direito do acesso à educação e ao trabalho. No Brasil, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres ainda nas primeiras décadas do século XX, por meio do Decreto 2.1076, de 24 de fevereiro de 1932; o governo de

Getúlio Vargas garante o voto feminino após uma intensa campanha nacional. No entanto, outras conquistas ainda precisaram de muitas lutas e outras precisam ser alcançadas.

Na década de 1960 e 1970, os movimentos feministas começam a luta por reivindicações, ainda frente às desigualdades do feminino em relação ao masculino, pelos direitos políticos, civis e trabalhistas. Nesse momento, segundo Diniz (2009, p. 1543), a vida sexual da mulher começa a se modificar com o uso da pílula anticoncepcional. As mulheres tornaram-se “[...] conscientes de que poderiam valorizar sua sexualidade e o direito de ter prazer, sem haver o risco de gravidezes não desejadas.”

Esse movimento tinha como lema a busca pela igualdade, que as mulheres tivessem o direito de ter relacionamentos sexualmente ativos independentemente de serem casadas ou não, da mesma forma que os homens; e o direito de ingressarem no mundo do trabalho, em todos os tipos de profissão, assim como os homens.

Esse movimento evoluiu, entre os anos 1980 e 1990, houve uma preocupação muito grande de resgate histórico das mulheres que construíram conceitos nas áreas da ciência e da literatura, cuja história haviam sido apagada, no sentido de valorizar a profissão feminina em todas as áreas, como se percebe em diversos trabalhos, tais como Costa e Pontes (2010), que apresentam a percepção das engenheiras sobre as relações de gênero no mercado de trabalho; ou Carvalho e Casagrande (2011), que descrevem os desafios e conquistas das mulheres na ciência, dentre outros.

De acordo com Almeida (1998), as pesquisas históricas na área sobre estudos a mulher sempre foram bastante escassas, e isso se deu porque as mulheres não possuíam papéis de destaque nas investigações durante alguns séculos, a história sempre foi mais escrita por homens. Esse cenário começou a mudar no “[...] momento em que as mulheres se reconheceram como sujeitos históricos e como tal passaram a ser tanto objeto de estudos como pesquisadoras do tema.” (ALMEIDA, 1998, p. 45).

Assim como a história, as ciências foram durante muitos anos dominadas por homens, o conhecimento estava centrado apenas no sexo masculino. De acordo com Torres e Badilo (2007), o cenário científico é eminentemente sexista, pois tem como principal protagonista o homem, desconhecendo a atuação significativa das mulheres. Pode-se perceber essas questões no Quadro 3, que apresenta a

distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) nos anos de 2008, 2010, 2014 e 2016.

Quadro 3 – Distribuição percentual dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança.

Condições de liderança	2008		2010		2014		2016	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Líderes	33	27	32	26	18	15	18	15
Não-líderes	67	73	68	74	82	85	83	85
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes (2017).

A partir do Quadro 3, percebemos que nos quatro anos analisados o percentual de homens, na liderança de grupos de pesquisa no país, é superior ao de mulheres, apesar de nos últimos dois anos ter diminuído consideravelmente. E quando verifica-se o percentual de não líderes, observamos que as mulheres são maioria. Dessa forma percebemos que as mulheres sempre estiveram envolvidas em pesquisas, mas nunca à frente como líderes.

No caso da química, podemos citar alguns poucos exemplos de mulheres que se sobressaíram e se tornaram conhecidas, como Marie Curie (1867 – 1934), que durante muitos anos viveu à sombra do seu cônjuge, Pierre Curie (1895 -1906) na ciência, recebendo, em 1903, o primeiro Prêmio Nobel junto com o esposo e, em 1911, após a morte do esposo, sendo a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel sozinha e a única mulher a receber dois prêmios Nobel em áreas diferentes, Química e Física. Marie Curie é um destaque que nos leva a questionar quantas mulheres foram apagadas da ciência por ter produzido à sombra dos homens, sem o direito ao destaque merecido por seu trabalho.

O histórico da figura feminina foi a grande luta dos anos 1980 e 1990, trazendo um novo viés para os estudos feministas e de gênero como um todo. Ao analisarmos o conceito de gênero proposto por Scott (1995) percebe-se que é constituído a partir das relações sociais nas diversas áreas do conhecimento, percebendo como as relações de poder influenciam na produção científica entre

homens e mulheres. Nessa perspectiva, Matos (2013, p. 6) traz um breve apanhado histórico sobre a trajetória da formação do campo historiográfico, intitulado **História das mulheres e das relações de gênero** onde informa que “[...] ações inquietaram investigadores interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres no presente e passado, descobrindo-as como sujeitos da história e incorporando-as aos estudos.”.

No século XX e início do século XXI, a luta do feminismo é buscar o que podemos chamar de igualdade na diferença e não mais a igualdade apenas, pois ambos os sexos não são iguais, as mulheres não são iguais aos homens, as mulheres não são iguais entre si e o mundo não está dividido de forma meramente binária. Por isso, a busca da igualdade na diferença é o que defende Darcy de Oliveira (2012) no livro **Elogio da diferença**. A autora defende que as tarefas consideradas femininas tenham a mesma importância que as tarefas consideradas masculinas, ou seja, que o prestígio social das duas sejam iguais, apesar de serem diferentes. Isso quer dizer que a mulher precisa ser valorizada na sua diferença biológica, como por exemplo, a mulher precisa ter uma licença maternidade maior que a do homem; precisa ter seus direitos resguardados por conta do ciclo menstrual, que às vezes tem implicações no trabalho; a mulher precisa ter uma aposentadoria mais cedo do que o homem, por possuir uma dupla, às vezes tripla jornada de trabalho.

Essa perspectiva, que começou no movimento feminista do século XIX atinge outras minorias que buscam por igualdade nas diferenças, como por exemplo, as pessoas com deficiência física e mental, os homossexuais, dentre outros que não serão discutidos nessa dissertação.

Almeida (1998, p. 40) afirma que,

[...] o conceito de gênero não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas às relações que são socialmente construídas entre eles. Essas relações estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam a sociedade.

Por isso, a importância de uma educação que reconheça a diferença e respeito a diversidade. Por isso a necessidade de educar aqueles e aquelas que serão responsáveis pela formação das futuras gerações. Isso é tido como primordial para o crescimento social, desde muito tempo. Sobre isso Nísia Floresta, ainda no século XIX, destacava:

Ter-se-á um enorme trabalho em abrir escolas, academias e asilos de caridade; promulgar leis;[...] alinhar exércitos formidáveis; não se chegará nunca a curar as chagas gangrenadas da sociedade, se continuar a desleixar a educação moral dos povos.

Essa educação não se efetuará nem com armas, nem com o poder do ouro, vil metal que tudo compra, e sim com o amor e a virtude. (FLORESTA, 1997, p. 112 -113).

Ela discute sobre a influência que a formação moral, no caso, a educação, traz para a mulher que é mãe, que entregava (na França de então) seus filhos para serem criados por amas de leite de aluguel, que viviam em situações desumanas. Nesse ensaio, A mulher, a autora relata a vida das amas de leite do interior da França, que recebiam os filhos das mulheres abastadas da capital para nutrí-los. Apontando o fato de que, na realidade, as crianças eram deixadas muitas vezes ao relento, pela necessidade das amas de trabalhar fora para complementar a renda da família, pois o dinheiro recebido pelas famílias não era suficiente para alimentar os seus próprios filhos. E assim ela acrescenta,

Educai o coração da mulher, esclarecei seu intelecto com o estudo de coisas úteis e com a prática dos deveres, inspirando nela o deleito que se experimenta ao cumpri-los; purgai a sua alma de tantas nocivas frivolidade pueris de que se acha rodeada mal sob os olhos à luz. (FLORESTA, 1997, p. 115).

Nísia Floresta demonstrava a necessidade de educar as mulheres até para que ela exercesse os papéis que a própria sociedade exigiam dela, ser uma boa filha, irmã ou esposa. Para isso também era necessário ter conhecimento sobre as regras sociais, a etiqueta, para as mulheres da elite ou para lidar com as atividades domésticas.

Mas o movimento feminista que se insurgiu ao longo do século XX desejava discutir uma educação para além de uma formação para boas donas do lar. Buscava-se uma educação libertadora para a mulher enquanto ser humano e cidadã, que a tornasse capaz de lutar pelos seus direitos e de intervir na sociedade.

2.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

No Brasil a escolarização feminina ocorreu de forma tardia, durante muitas décadas as mulheres de famílias desfavorecidas não podiam aprender a ler e a escrever, pois não existiam escolas que ofertassem vagas para esse público. As poucas moças que tinham algum tipo de escolarização eram as que tinham

professores particulares em casa, essa situação dava-se apenas para as moças de famílias abastadas. Mas ainda assim eram poucas, como descreve Araújo (1993, p. 72),

A escolarização, entretanto, não era o caminho mais amplamente utilizado, mesmo nas classes abastadas, para os avanços intelectuais da mulher no período. A leitura, sim, hábitos exercidos no espaço doméstico, não enfrentava as objeções sistemáticas dos conservadores. As mulheres liam principalmente romances e revistas, de preferência franceses, já que o francês era uma língua família para as elites, sendo mais raras as referências a jornais.

As poucas escolas voltadas para o sexo feminino dedicavam-se a moldar as alunas para serem jovens “prendadas”, utilizando como método o repetido treino de habilidades manuais, em que elas eram treinadas para trabalhos delicados utilizando agulhas ou fazendo pinturas. (LOURO, 1993).

Dessa forma, tornava-se difícil a situação das mulheres, pois sempre estavam a depender do pai e depois do marido, uma vez que não possuíam nenhum tipo de qualificação e conhecimento para desenvolver qualquer atividade que fosse fora do lar. A situação era similar nos países ocidentais, Woolf (2014, p. 57) descreve a própria situação em relação à possibilidade de emprego no início do século XX, na Inglaterra.

[...] eu ganhava dinheiro mendigando trabalho ocasionalmente nos jornais, escrevendo sobre um espetáculo aqui ou um casamento ali; ganhei algumas libras endereçando envelopes, lendo para senhoras idosas, fazendo flores artificiais, ensinando o a-bê-cê para crianças do jardim da infância.

Socialmente, as mulheres eram impedidas de assumir posições nos postos de trabalho, mas, quando o mundo entrava em guerra e carecia de homens nesses postos, as mulheres eram suscitadas a assumí-los. O acesso das mulheres ao mundo do trabalho ocorreu no período entre as duas guerras mundiais e começou, segundo Sohn (1991), na exploração agrícola, na Inglaterra, quando a produção crescente e a escassez de assalariados na agricultura levou um contingente feminino a esse espaço de trabalho.

Já na cidade o número de mulheres que ocupavam postos de trabalho nesse período pode ser explicado pela insuficiência dos salários masculinos, que obrigaram as mulheres a trabalhar fora de casa para ajudar na renda familiar, contrariando a ideologia da mulher exclusiva para o lar (SOHN, 1991) e permitindo

às mulheres uma certa independência. A autora apresenta o crescente espaço que as mulheres passam a ter nos postos de trabalho menos qualificados na França, nos períodos entre guerras.

No comércio, nos correios, elas dominam, enquanto se lhes oferecem novas profissões femininas, como assistentes sociais e enfermeiras. São principalmente as mulheres casadas que aproveitam essas possibilidades. Esta abertura no setor terciário explora o alongamento da instrução feminina, atestado em França pelo desenvolvimento das escolas primárias superiores e dos cursos complementares. (SOHN, 1991, p. 122-123).

Não podemos esquecer que apesar do grande número de mulheres trabalhadoras nas fábricas no período entre guerras, elas não substituíram os homens progressivamente nos postos de trabalho, ao contrário, com a incorporação da força de trabalho masculina, com a industrialização e o fim das guerras, as mulheres foram perdendo espaço novamente e sendo substituídas pelos homens nos postos de trabalho. (RAGO, 1997).

Quando as indústrias limitavam a contratação de mulheres, elas começaram a buscar outras formas e meios de trabalho “[...] abriam botequins, recebiam hóspedes ou tornavam-se lavadeiras.” (SONH, 1991, p. 121). A autora acrescenta que essas atividades muitas vezes eram esquecidas e não valorizadas pelas próprias protagonistas, uma vez que a educação feminina, no século XIX, tinha como objetivo preparar a mulher para ser uma boa esposa e boa mãe. Ou seja, era ensinada a educar bem os filhos e a agradar sempre ao seu cônjuge, não a se perceber útil ou produtiva. O trabalho, menosprezado, era indicado apenas para as mulheres das classes desfavorecidas.

A queda dos trabalhos de rendeiras e costureiras nas empresas têxteis, setores amplamente voltados para o sexo feminino, levaram os setores considerados masculinos, tais como a metalurgia e química, a aceitar mão de obra feminina. Esse acesso não se deu de forma espontânea, pois como eram instadas a viver apenas para o lar, as mulheres nem sempre tinham instrução ou conhecimento para adentrar nos postos de trabalho. Segundo Oliveira (2012, p. 42), esse acesso deu-se devido a miséria em que viviam, e não significava independência, uma vez que “[...] se viram obrigadas a desenvolver os trabalhos mais penosos e pior remunerados.”

Com o avanço industrial, veio junto a necessidade de uma mão de obra qualificada e, aos poucos, a educação passa a ser uma necessidade para a

população. O sexo feminino não poderia ficar isolado desse processo, apesar de sua instrução ser voltada unicamente para o lar (REIS; MARTINEZ, 2012), e isso se deu, também, devido a substituição da força física pelas máquinas, o que facilitou o acesso das mulheres nesse ramo (SONH, 1991).

De acordo com Rago (1997, p. 581), em 1894, na cidade de São Paulo, haviam 5.019 proletariados na indústria, desses, 840 eram mulheres, o que correspondia a 16,74%. Desses, 569 operários se encontravam na indústria têxtil e 137 nas confecções, “[...] o que equivalia a 67,62% da mão-de-obra feminina empregada nesses estabelecimentos fabris.”.

O aumento gradativo das mulheres no mercado de trabalho, dos anos de 1990 até os anos 2000, vem crescendo de forma linear e o cenário também muda em relação aos tipos de mulheres, porque se antes eram jovens e solteiras as casadas e com filhos vão em busca do seu espaço nos postos de trabalho, e as diferentes realidades em cada religião do país, como mostra Bonfim (2009, p. 53),

Se até o final dos anos 1970, a maioria das trabalhadoras era jovem, solteira e sem filhos, nos anos 2000, são as casadas, as mais velhas e as mães que dominam a mais alta taxa de atividade feminina. Outra importante mudança diz respeito ao aumento da proporção dos domicílios chefiados por mulheres. Em 2002, mais de 25% das residências brasileiras têm a mulher por cabeça. Em sua maioria, são mulheres negras ou pardas, que vivem em condição de vulnerabilidade, com renda de até dois salários mínimos. Além disso, a força de trabalho feminina não se apresenta da mesma maneira em todo o território nacional. No nordeste, por exemplo, as mulheres vivem em situação crítica, com menos de um salário.

Mas apesar de todo o avanço do sexo feminino no século XX, as mulheres ainda não tem a valorização adequada pelo seu esforço. Lagrave (1991) descreve que as mulheres costumavam ser “culpabilizadas por desleixarem” suas famílias por um salário, a mulher carrega um sentimento de culpa por se ausentar do lar, enquanto os homens eram estimulados, tidos como heróis por trabalharem e suprirem as necessidades de suas famílias.

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho ocorre uma maior desvalorização nas tarefas do lar, mas apesar dessa migração das tarefas femininas para fora do ambiente doméstico, elas continuam a ocupar lugares inferiores aos homens na sociedade.

Com a expansão dos interesses da burguesia para formar melhores trabalhadores, a mulher não fica de fora desse contexto como descreve Bonfim (2009, p. 32):

[...] a burguesia expandiu seu interesse de formar novos “cidadãos trabalhadores”, cabendo à mulher um importante papel nesse processo, já que, como mãe, poderia transmitir valores como os da honestidade, da disciplina, da pureza, da dedicação ao trabalho e da higiene aos filhos. Sua atuação na família, instituição valorizada pela burguesia, era fundamental para se manter a harmonia na sociedade. Assim, a mulher ganhou um espaço próprio e expressão na esfera privada.

É nesse contexto que começam a aparecer as primeiras escolas de Educação Profissional para ambos os sexos. Essas escolas profissionais voltadas para as mulheres tinham como objetivo qualificá-las para serem melhores donas de casa e ajudar, em alguns casos, na renda familiar. Quando ofertadas ao público feminino, essa formação era voltada para arte, corte e costura, permitindo as mulheres ajudar no orçamento doméstico com vendas de produtos produzidos a partir do curso profissional.

O trabalho independente da tarefa ou do sexo, segundo Manfredi (2002, p. 33), “[...] é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades.”, uma vez que a mulher, assim como o homem, é um ser social que deve garantir sua função social.

A divisão social do trabalho é fundamentada pelo capitalismo que faz distinção entre o trabalho feminino e o masculino, aumentando a divisão sexual do trabalho, como descreve Antunes (2002, p. 105)

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capitalismo dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras.

A educação profissional feminina ocorria em torno da educação para obter uma mão de obra qualificada, uma vez que a mulher deveria ser educada para “[...] fornecer o conhecimento necessário para que ela pudesse contribuir positivamente na formação dos futuros cidadãos.” (BONFIM, 2009, p. 59). A educação profissional no país esteve durante muito tempo ligada a uma perspectiva assistencialista, pois visava amparar órfãos e desvalidos da sorte (MOURA, 2010). Enquanto as mulheres da elite eram educadas em escolas particulares voltadas para o ensino da leitura e da arte. (BONATO, 2003).

As escolas profissionais para o sexo feminino no Brasil foram criadas no século XX, abrangiam apenas cursos mais artesanais como desenho, pintura,

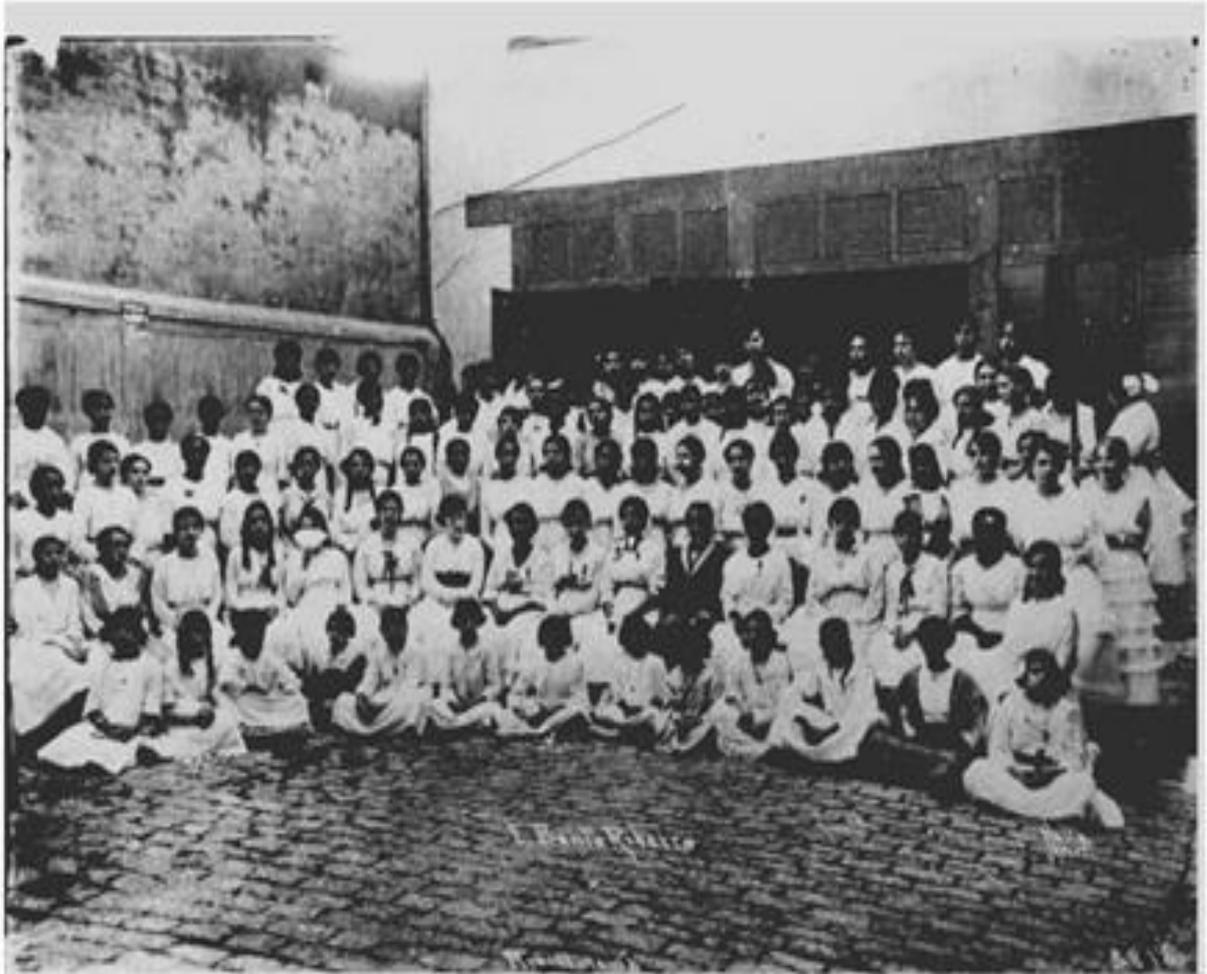
fotografia, tipografia, costura a mão, dentre outros. (BONATO, 2003). Com essas ofertas, as principais Escolas Profissionais Femininas criadas no período republicano foram: a Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro (BONATO, 2003), a Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa (BONATO, 2000, 2003, 2008), a Escola Profissional Feminina Paulo de Frontin (RODRIGUES, 2000), e a Escola profissional Feminina Nilo Peçanha (REIS; MARTINEZ, 2012).

2.2 A EDUCAÇÃO PARA AS MULHERES E A PROPOSTA DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS FEMININAS NO BRASIL.

As primeiras Escolas Profissionais Femininas no Brasil foram criadas a partir do decreto nº 828 de 20 de outubro de 1911, que determinava, entre outras coisas, a criação de dez escolas profissionais destinadas para o sexo feminino que seriam organizadas como externatos (GAZE, 2012) e deveriam ser regidas unicamente por mulheres. Apesar desse decreto criar escolas profissionais para ambos os sexos, mantinha especificidades para o trabalho de homens e de mulheres. As escolas profissionais criadas a partir desse decreto eram voltadas para os órfãos e excluídos da sociedade. Mesmo com o decreto de 1911, a primeira escola profissional feminina só foi inaugurada em 1913, no Rio de Janeiro, e recebeu o nome de Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro em homenagem ao fundador e prefeito da época, o general Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (BONATO, 2003, 2008).

Essa escola foi criada para atender as moças de famílias desfavorecidas, assim como as demais escolas profissionais, e segundo Bonato (2003), só funcionou com exclusividade para o sexo feminino até 1968, quando se tornou uma escola mista, que passou a receber meninos e meninas. São poucas as informações bibliográficas encontradas sobre a escola quando destinada apenas ao sexo feminino, como é o caso da Fotografia 1, datada de 1916, onde podemos verificar as alunas sentadas em fileiras e, no centro em destaque, a diretora Madame Francisca Bonjéan. (BONATO, 2003).

Fotografia 1: As alunas e diretora da Escola Profissional Feminina Bento Ribeiro, em 1916.



Fonte: Bonato (2003, p. 116).

Cabe observar, ao ver a foto, os trajes utilizados pelas estudantes: vestidos que cobrem os joelhos, mangas compridas ou três quartos, cobrindo até o meio do braço, gola alta, seguindo os preceitos morais da sociedade da época. Os vestidos brancos identificam as alunas, são sinônimo de limpeza, pois deixam ver toda e qualquer eventual mancha se não tiver sido bem lavado. Já a mestra se destaca em um tom mais escuro, que indica austeridade. Também é relevante observar que a maioria tem seus cabelos presos, em coques ou em tranças e as que estão sentadas postam as mãos unidas sobre o colo, em sinal de recato.

Bonato (2008) cita Carneiro Leão (1926), ao afirmar que a Escola Profissional Feminina era muito elogiada pelo “sucesso” que teve. Apesar de todo sucesso descrito por Carneiro Leão no seu relatório final de gestão, essa escola sofreu com

as diversas mudanças na sua sede por não possuir um prédio próprio, trazendo dificuldade ao seu funcionamento até o fechamento em determinados momentos (BONATO, 2003).

Já o decreto nº 981, de 02 de setembro de 1914, foi uma retificação do decreto n. 838 de 20 de outubro de 1911, e a partir dessa retificação foi criada a segunda Escola Profissional Feminina também no Rio de Janeiro, capital do país na época. A escola recebeu o nome de Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêia, em 1915, onde funcionaria em regime de externato, como descreve Bonato (2008), destacando quais os cursos que eram oferecidos e como funcionava a escola.

O decreto n. 981 de 2 de setembro de 1914. Pelo decreto essas escolas “constituirão externatos” (art.22, 23, 24). O ensino destinado ao sexo feminino seria ministrado em um único curso, o profissional, sendo este composto de: modelagem, desenho, pintura, gravura, litografia, fotografia, escrituração mercantil, datilografia, estenografia, tipografia: brochura e encadernação, telegrafia, costura a mão e a máquina e cortes, bordados a mão e a máquina, rendas a mão e a máquina, flores e suas aplicações, chapéus e coletes para senhoras, gravatas etc. (Art. 26, 27 e 30). (BONATO, 2000, p. 4).

Percebe-se que os cursos ofertados eram voltados única e exclusivamente para a vida doméstica, as mulheres da época, a julgar pelo texto, não tinham o direito de escolher um curso voltado diretamente para o trabalho nas indústrias. Elas só poderiam trabalhar com rendas, bordados ou no magistério, mas essa última opção ainda não era a mais comum, no início da república, como função para o sexo feminino.

Para ter o direito a se matricular na Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêia, as meninas precisavam passar por um “exame de admissão” e muitas ficavam aguardando por uma vaga. A idade média das meninas para ingressarem na escola era de 12 a 20 anos de idade (BONATO, 2008).

Na escola, as meninas tinham uma formação educacional voltada para conhecimentos simples e formação para serviços delicados, como descreve Martins (2013, p. 6),

Às mulheres estavam destinadas as tarefas simples e também uma formação educacional com conhecimentos elementares. Formavam a mulher para serviços manuais e delicados, por mais que as instituições destinadas a elas lhes garantissem oportunidades de trabalho, as mulheres deveriam exercer trabalhos vinculados ao universo privado, ou melhor, doméstico.

As aulas ocorriam em ambientes específicos, cada sala era organizada para tarefas específicas, como podemos ver nas Fotografias 2 e 3. Na Fotografia 2 visualizamos a aula de culinária na “sala Mabel Pearson”, as alunas estão utilizando avental e touca para cobrir os cabelos. Na Fotografia 3, podemos perceber a organização de um possível laboratório de química.

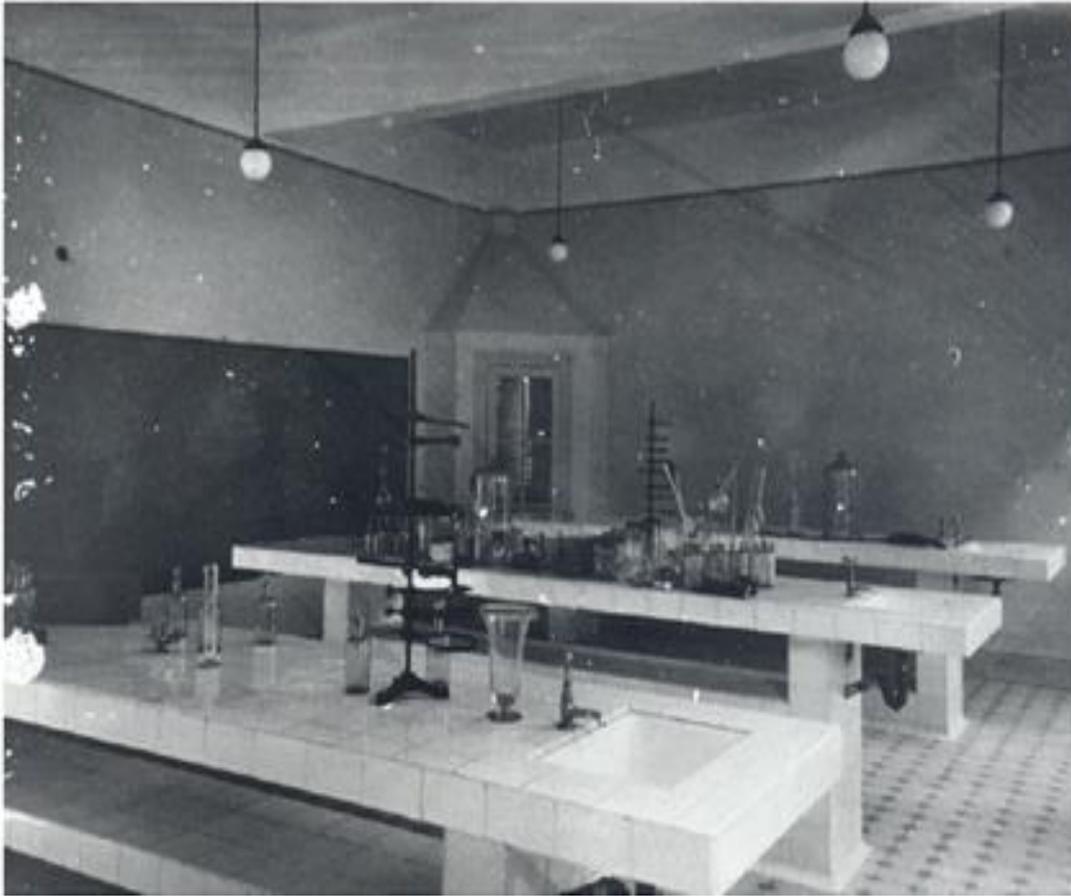
Fotografia 2: As alunas na aula de culinária na Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa.



Fonte: Bonato (2003, p. 137).

Novamente, na Fotografia 2, observamos o recato nas roupas, que cobre os joelhos, o uso de trajés claros, touca ou chapéu, recomendados para o trato higiênico com os alimentos. A arrumação, definida para a fotografia, se revela nos sapatos, de salto médio, usados com meia, revelando uma preocupação em apresentar mulheres bem cuidadas, asseadas e dotadas de certa vaidade.

Fotografia 3: Laboratório de Química da Escola Profissional Feminina Rivadavia Corrêa.



Fonte: Bonato (2003, p. 162).

Essa escola foi, durante muitas décadas, considerada a escola modelo para formação de mulheres no país. Martins (2013, p.7) afirma que, depois de produzirem algum material nas aulas, os “[...] trabalhos eram expostos em vitrines e visitados por pessoas ilustres, como por exemplo: o Presidente Drº Venceslau Braz, que visitou a escola em cinco de maio de 1916”, junto com outras autoridades da época.

Com a iniciativa do decreto que instaura a abertura de escolas profissionais para mulheres, várias escolas são inauguradas pelo país. Outra escola que ganhou grande força foi a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, instalada na cidade de Campos, no interior do Rio de Janeiro, em 1922, e regida por decretos vigentes na época, Decreto nº 1.954, de 13 de maio de 1923; Decreto de nº 2.160, de 31 de janeiro de 1926 e o Decreto nº 2.380, de 14 de janeiro de 1929. (REIS, 2013).

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha era voltada para a oferta do Curso Técnico Profissional, com o currículo dividido em curso geral, curso de

aperfeiçoamento e oficinas para a formação das moças, como descreve Reis (2013, p. 80):

[...] observa-se que o ensino era compreendido em técnico profissional, com costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha, pintura e artes aplicadas; também havia o ensino primário complementar, com aulas de português, aritmética, geometria, geografia, história pátria, caligrafia, noções de física, química, história natural, higiene, desenho profissional e economia doméstica.

A escola promovia exposições ao final das oficinas e cursos de aperfeiçoamento para expor os trabalhos das alunas, como ocorria na Escola Profissional Feminina Rivadávia Corrêa. Como podemos observar na Fotografia 4, duas mulheres estão apresentando diversos bordados e rendas expostos em cima das mesas e nas paredes. O destaque da fotografia é voltado para os produtos oriundos do trabalho feminino na escola: os bordados e as rendas, provavelmente, com o objetivo de venda.

Fotografia 4: Exposição de renda e bordados da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha.



Fonte: Reis (2013, p. 98).

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, assim como as demais escolas profissionais, tinha como público alvo meninas de famílias menos abastadas, nela as moças tinham acesso a cursos voltados para as atividades de casa e como um possível auxílio da renda da família, enquanto os homens tinham educação voltada para o trabalho nas indústrias. (REIS; MARTINEZ, 2012).

A instalação dessas escolas ocorre em outras capitais do país como, por exemplo, em Belo Horizonte. A Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, não diferente das demais, ofertava cursos voltados para o “universo feminino” (GOMES; CHAMOM, 2010, p.6), uma vez que era considerado o “sexo-frágil”. E acrescentam,

Quando olhamos para os cursos ministrados podemos perceber que em grande parte eles não se apresentam como nada muito estranho ao universo feminino: desenhista, guarda livros, datilografia, telegrafista, costuras, flores, chapéus, tudo isto nos remete à concepção que se tinha da mulher como um sexo-frágil, incapacitada para atividades tidas como mais “pesadas”, próprias para o sexo masculino. A disciplina que mais se destacaria entre as outras, sem dúvida, é a de “chimico analista”. Infelizmente não encontramos mais qualquer menção a esta atividade nas fontes posteriores, o que talvez indique que a disciplina não foi bem aceita, ou mesmo, tenha se transformado em outra atividade.

Os autores chamam a atenção para o desaparecimento da disciplina de química analítica nos cursos ofertado na Escola Profissional de Belo Horizonte e consideram que pode ter sido retirada do currículo por não ter sido bem aceita pelo público feminino. A disciplina em questão atualmente está dentro da área de Ciências Exatas, tida como uma ciência masculina, como matemática e física. (TEIXEIRA; FREITAS, 2014).

Já em Natal – Rio Grande do Norte (RN), segundo Gurgel (2006), não teria havido escolas profissionais com ofertas para o sexo feminino no início do período republicano, embora tenha havido inúmeros debates sobre educação feminina e a abertura de escolas que visavam esse público, caso da Escola Doméstica, inaugurada em 1914. (RODRIGUES, 2007).

No entanto, há registros de escolas profissionais no estado que ofertavam cursos para homens e mulheres, assim como há registro de oferta de cursos profissionais para homens e mulheres em grupos escolares. Lucas, Silva e Neta (2019, p. 10), por exemplo, relatam a existência da Escola Profissional do Alecrim, criada em 1922, onde eram ofertados também cursos para o público feminino e onde a participação feminina foi tão grande e com resultados tão positivos, tendo tão grande “sucesso” entre esse público que a escola precisou ser “[...] desmembrada

em mais uma outra, a Escola Profissional Feminina, que passou a ter uma oferta maior que a Escola Profissional do Alecrim”. Essa escola teria funcionado ao longo da década de 1920, a partir dos registros indicados pelos autores. Evidentemente, o público que frequentava a escola do Alecrim não era o mesmo que frequentava a Escola Doméstica, esta muito mais voltada para a elite.

Gurgel (2006) ressalta ainda que o espaço escolar contribuiu para a instalação do papel do homem e da mulher na sociedade, por isso a exclusão do sexo feminino no processo de profissionalização no local, enquanto Rodrigues (2007, p. 83) ressalva a importância que foi a instalação da Escola Doméstica para a cidade:

[...] baseada em modelo europeu, em sua singularidade destinada a formar um novo tipo de mulher civilizada para uma nova sociedade que despontava com os primeiros indícios de desenvolvimento social e econômico. Era esperada com expectativa e orgulho por alguns que compunham as autoridades públicas do Estado do RN e intelectuais progressistas.

O ensino nas escolas profissionais voltadas para moças tinha como função instalar uma educação doméstica. Enquanto o sexo masculino tinha uma educação profissional voltada para as indústrias e o comércio, o objetivo das escolas de profissionalização feminina manteve-se, durante muitos anos, com oferta de cursos e oficinas voltados para os afazeres domésticos, como por exemplo, aprender a cozinhar, a lavar, passar, cortar e costurar, dentre outros. (RODRIGUES, 2000).

No ensino profissional dessas escolas a formação técnica e a formação para o lar se entrelaçavam e o processo de ensino passava a acontecer pelo conhecimento doméstico. Tinha-se a intenção de formar moças para que fossem habilidosas artesãs ao mesmo tempo em que fossem prendadas e econômicas donas de casas.

As escolas profissionais com ofertas exclusivas para o sexo feminino duraram até 1970, quando começaram a admitir meninos e assim passaram a ser consideradas escolas mistas. (BONATO, 2000).

O caminho a ser percorrido pelas mulheres para ter um espaço na sociedade com igualdade de gênero ainda não chegou ao fim, mas já se obteve um avanço na conquista em relação à educação. Como sonhava Woolf (2014, p. 60), chegaremos a um momento em que

[...] as mulheres não mais serão o sexo protegido. É lógico que elas farão parte de todas as atividades e dos esforços que um dia lhes foram negado. A ama-seca carregará carvão. A dona da loja conduzirá uma locomotiva. Todas as hipóteses fundamentadas nos fatos observados quando as mulheres eram o sexo protegido vão desaparecer [...].

As escolas profissionais em 2018 possuem uma oferta mista, mas ainda é comum encontrarmos a divisão de cursos e áreas “taxados” como para homem ou para mulheres. Mas essa discussão é alvo de nossos próximos capítulos.

3. REFLEXÃO SOBRE OS DADOS EDUCACIONAIS DO BRASIL: FORMAÇÃO SUPERIOR ENTRE OS GÊNEROS

E eis que de repente ela resolve então mudar
 Vira a mesa, assume o jogo
 Faz questão de se cuidar
 Nem serva, nem objeto
 Já não quer ser o outro
 Hoje ela é um também.

(Desconstruindo..., 2011).

É com essa estrofe da música de Pitty que iniciamos esse capítulo, a fim de refletir e apresentar o anseio das mulheres na busca de uma educação de qualidade à luz das legislações.

A educação tem como princípio formar cidadãos críticos, independente de raça ou gênero, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a educação é “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

A LDB de 1996 deixa claro o papel da escola na vida dos cidadãos. Apesar das escolas atualmente ofertarem as vagas de forma mista, em todos os níveis e modalidades da educação, acredita-se, que o acesso não é a principal barreira para a educação feminina, Rosenberg (2001, p. 521) afirma que

O diferencial homem-mulher no sistema formal de ensino brasileiro não é intenso, atinge de modo diferente as diferentes idades da vida e etapas escolares, e transparece mais na progressão das trajetórias escolares do que em barreiras específicas de acesso.

A educação deve ser vista como forma de mudança nos papéis de homens e mulheres sem distinção de gênero, crença ou raça, uma vez que deve formar cidadãos e profissionais atentos à realidade. As instituições de educação não podem deixar de considerar os conflitos e as tensões existentes entre os diversos sujeitos e grupos sociais que convivem em sociedade, atuando no sentido não só de refletir sobre essa convivência, mas estimulando pesquisas e produção de conhecimento que leve à elucidação de questões ligadas às minorias, à inclusão, à convivência como um todo.

Nesse âmbito, o olhar permeado sobre as questões de gênero se insere como objeto desta pesquisa no sentido de tentar compreender como se dá a presença da

mulher na formação superior, com atenção mais específica para as áreas consideradas “duras”.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUESTÕES DE GÊNERO.

Ao analisar a trajetória das mulheres em relação a sua escolarização, observa-se que esse processo se deu de forma tardia no país, por questões culturais e históricas, como já foi mencionado na seção 2 deste trabalho. Esse processo de escolarização adia também, e conseqüentemente, a entrada das mulheres no mundo do trabalho. Assim, o acesso à educação e ao trabalho foram processos lentos para as mulheres, pois durante muitos anos o único espaço “[...] feminino estava ligado ao espaço doméstico”. (GUEDES, 2008, p. 121).

Esse movimento de escolarização para o sexo feminino, levado adiante por meio de lutas desenvolvidas pelas próprias mulheres, teve conquistas lentas e graduais, inicialmente foi conquistado apenas o acesso ao ensino básico, às primeiras letras e cursos voltados para o lar. Assim, aprendiam com maestria como serem boas mães, esposas e ótimas donas de casa.

Mulheres como Nísia Floresta, no século XIX, no Brasil, já reivindicavam o direito das mulheres à educação, nem que fosse para serem melhores esposas e mães, como já mencionado na seção anterior deste trabalho. Segundo Oliveira (2015), Nísia Floresta acreditava e defendia que “[...] quanto mais instruído fosse o país na educação de mulheres, mais evoluída seria a civilização. O progresso de um país dependia, pois, de uma boa formação educacional feminina.” (OLIVEIRA, 2015, p. 27). A bióloga e importante cientista, Bertha Lutz, na década de 1910, liderou a luta pelo direito do voto feminino no Brasil e exerceu um importante papel nas conquistas relacionadas à educação. (PINTO, 2010). Depois, houve a conquista à formação profissional para cursos tidos como ligados a atividades maternas e femininas, como docência, enfermagem, e outros, em geral, de nível médio, permitindo o acesso a profissões de menor ascendência social. Somente aos poucos é que foi sendo conquistado o acesso a cursos de formação superior, em sua maioria, voltados também para profissões tidas como mais “femininas” e só depois para as profissões dominadas pelos homens, tais como, engenharia, medicina, entre outras. (GUEDES, 2008; PINTO, CARVALHO, RABAY, 2014).

Essa divisão está vinculada à formação desde a infância, quando os meninos são direcionados a brincadeiras e atividades que necessitem de raciocínio e lógica, enquanto as meninas são levadas a brincadeiras voltadas para o lar, com bonecas e casinhas. Costa e Pontes (2010, p. 2) afirmam que,

A origem das desigualdades de gênero está vinculada a diferenças instituídas no âmbito da família e escola, onde desde a infância as meninas são encaminhadas para certas habilidades mais ligadas aos cuidados com o próximo e, de maneira naturalizada e encoberta, discriminadas ou desencorajadas nas ciências exatas, o que se consolida nas universidades e no mercado de trabalho.

Essa diferença apontada pelos autores tem diminuído com o passar dos anos, pois tem aumentado o número de mulheres que frequentam os cursos superiores, apesar de ainda haver uma segregação nas áreas de conhecimento. Conforme Santos e Massena (2009, p. 2):

Nos últimos trinta anos, houve uma crescente inserção produtiva feminina no mercado de trabalho e esta foi acompanhada de um aumento significativo da escolaridade das mulheres, a ponto de em 2007 as mulheres serem cerca de 57% dos cargos ocupados com curso superior completo (PNAD/IBGE,2007), esta taxa permite afirmar que houve um avanço feminino enorme no campo educacional.

De acordo com Bandeira, no entanto, são poucas as mulheres que estão concentradas nas áreas de engenharias, ciências exatas e da terra, que são áreas predominantemente masculinas. Segundo a autora, a grande contribuição das mulheres, em 2007, nas pesquisas foi nas áreas de “Ciências Humanas (67), seguida pelas Ciências Biológicas (50) e Linguística, Letras e Artes (40), apenas seis estão nas Engenharias.” (BANDEIRA, 2008, p. 208).

Guedes ressalta ainda a importância que a educação trouxe para a estruturação de gênero, pois uniu as “[...] diversas correntes do movimento feminista”. (GUEDES, 2008, p. 121). Infelizmente, os estereótipos que se atribuem aos gêneros, direcionam quais carreiras podem ou não ser apropriadas para homens e mulheres. (BARRETO, 2014).

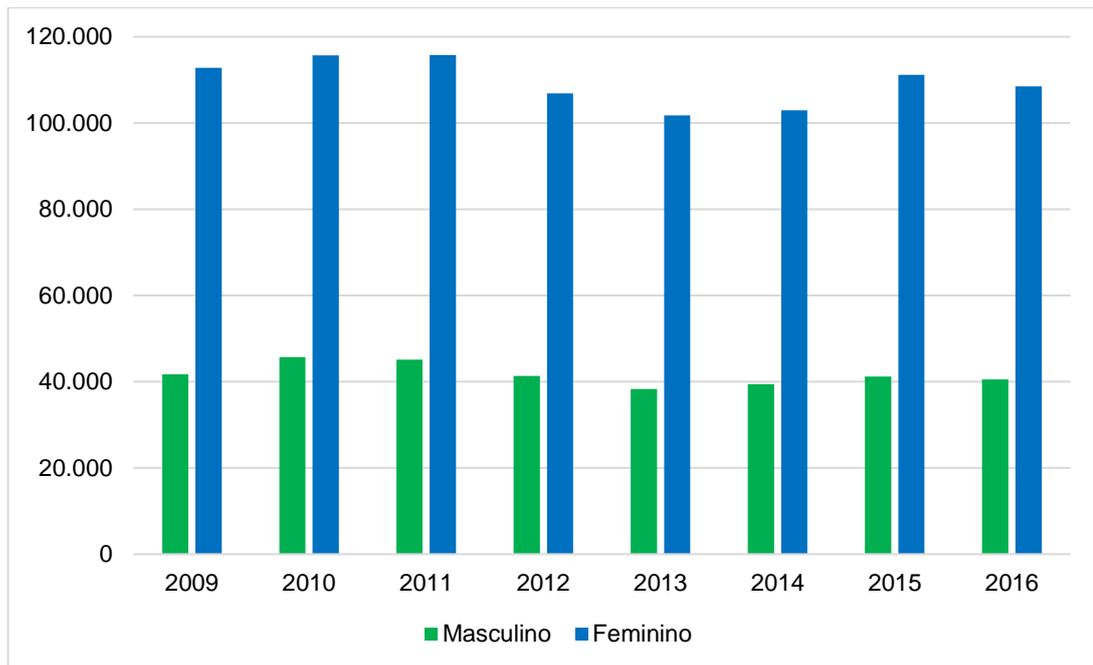
3.1.1 Dados do Ensino Superior.

A presença do sexo feminino nos cursos de graduação tem aumentado significativamente. Percebe-se ao analisar os dados nacionais sobre o número de concluintes dos cursos superiores nas categorias de licenciatura, bacharelado, e

tecnólogo de 2009 – 2016, por sexo. A quantidade de mulheres, que concluem a educação superior tem aumentando nos últimos oito anos, como pode ser observado nos gráficos a seguir.

O Gráfico 1 apresenta o número de concluintes de cursos superiores em Licenciaturas no Brasil.

Gráfico 1 - Número de Concluintes por sexo em Cursos de Licenciatura na modalidade presencial no Brasil, nos anos de 2009 – 2016.



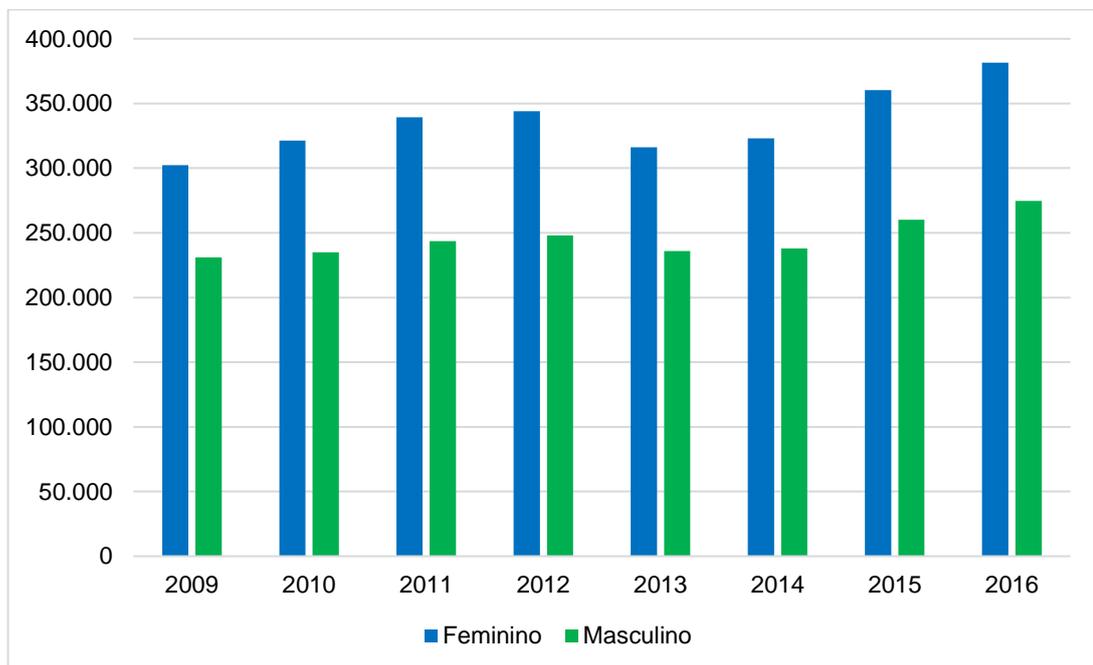
Fonte: Adaptado do INEP (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Em 2014, ano da primeira turma formada nos cursos de Licenciatura em Química do IFRN, curso delimitado para o trabalho, o número de mulheres que concluíram uma licenciatura foi de 102.954, o de homens foi de 39.422, ou seja, mais de 72% dos concluintes nos cursos de licenciatura são do sexo feminino. Em 2009, esse percentual é de 72,9% e em 2016 de 72,8 %. Pode-se ver que durante esses 8 anos o número de mulheres e homens que terminaram uma licenciatura se manteve quase que inalterado. Segundo Reis, esse movimento começou ainda no início do século XX, devido ao aumento de escolas e ao aumento do número de postos de trabalho nas indústrias, isso fez com que a maioria dos “[...] homens migrassem da educação para outras profissões melhor remuneradas, ampliando ainda mais o número de vagas nas cadeiras do magistério.” (REIS, 2011, p. 47).

Esse grande número de mulheres em cursos de graduação, e principalmente nas licenciaturas, de acordo com Santos e Massena, indica que “as profissões relacionadas ao magistério continuam sendo aquelas nas quais as mulheres são mais bem acolhidas.” (SANTOS; MASSENA, 2009, p. 2).

Já os Gráficos 2 e 3, respectivamente, apresentam o número de concluintes por sexo nos cursos de bacharelado e tecnólogo no mesmo período.

Gráfico 2 - Número de Concluintes por sexo em Cursos de bacharelado Presenciais no Brasil, nos anos de 2009 – 2016.

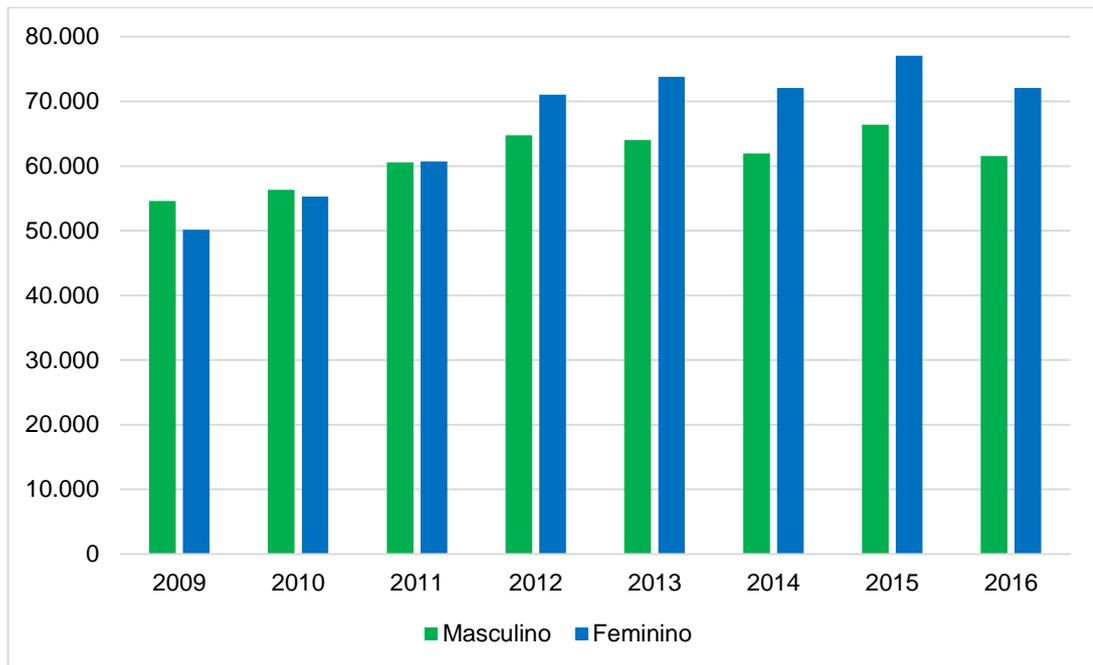


Fonte: Adaptado do INEP (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Ao analisar o gráfico 2, percebe-se que o número de mulheres que concluem os cursos de bacharelado é maior que o número de homens em todos os anos analisados, mas comparando com o percentual de mulheres concluintes dos cursos de licenciatura, esse percentual é bem menor. Em 2014, o percentual de mulheres que concluíram cursos de bacharelado foi de aproximadamente 57,5%. Em 2009, o percentual de concluintes do sexo feminino era de 56,69%, maior que o número de concluintes do sexo masculino, e em 2016 é de 58%, esse percentual teve um aumento de aproximadamente 1,4% entre 2009 e 2016.

No Gráfico 3 é apresentado o número de concluintes por sexo em cursos tecnológicos de 2009 a 2016.

Gráfico 3 - Número de Concluintes por sexo em Cursos de tecnólogos Presenciais, nos anos de 2009 – 2016.



Fonte: Adaptado do INEP (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Observando o Gráfico 3, verifica-se que no ano de 2009, o número de homens que concluíram algum curso tecnológico foi de 54.586 e apenas 50.140 mulheres, um percentual de 47,8% de concluintes do sexo masculino. Já nos anos seguintes vê-se um aumento gradativo da presença feminina nesses cursos, pois em 2012 o percentual de concluintes do sexo feminino foi de 52,3% e em 2016 foi de 53,9%.

O crescimento do número de mulheres nos cursos definidos como masculinos, como é o caso dos Tecnólogos, não leva a perceber um aumento similar nos postos de trabalho, como defende Yannoulas,

O aumento da participação das mulheres no **mundo do** trabalho está mais vinculado à expansão de atividades 'femininas' do que ao acesso a atividades 'masculinas'; as discriminações vertical e horizontal **que o mundo do trabalho reproduz**; a brecha salarial não foi reduzida (é maior quanto maior o nível de instrução); a taxa de desemprego feminino continua sendo superior à dos homens; e aumenta a presença de mulheres nas ocupações mais precárias. (YANNOULAS, 2002, p. 28, grifo nosso).

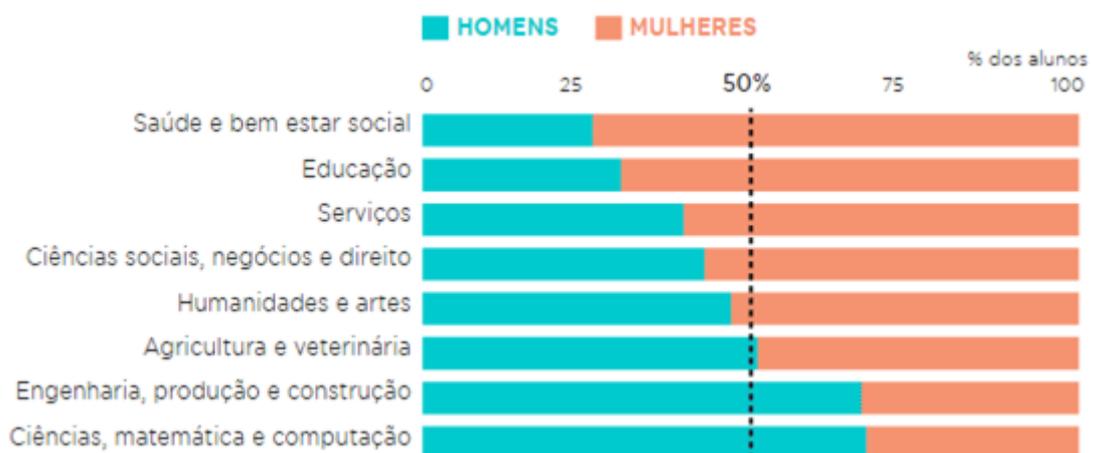
A autora lembra o fato de que a participação das mulheres no mundo do trabalho ainda está fortemente amparada em questões ligadas à sua feminilidade, ao que é aceito, socialmente, como trabalho de e para mulheres, reproduzindo os

estereótipos sociais e levando a distorções de emprego e de salário entre homens e mulheres.

Almeida (2015), no trabalho intitulado Educação profissional e a relação de gênero: razões de escolhas e a discriminação, tenta compreender as escolhas profissionais de meninos e meninas analisando as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres em um curso majoritariamente masculino que é o curso de automação industrial. A autora acredita que ainda está muito presente na sociedade a questão da “mulher dominada”, e é de se esperar que de alguma maneira essa situação esteja presente na educação, uma vez que, a escola é um dos “[...] espaços responsáveis pela divisão sexual do trabalho, considerando o processo de discriminação sofrida pelas mulheres quando ingressam em cursos profissionalizantes considerados masculinos.” (ALMEIDA, 2015, p. 58).

Ao analisar os cursos por área de conhecimento, percebe-se que ainda existe a predominância feminina nas áreas de Humanas e sociais e a predominância masculina nas áreas de ciências exatas e engenharias, como pode ser visto no Gráfico 4, a seguir, retirado de um artigo produzido por Almeida e Zanlorenssi (2017), no Jornal eletrônico Nexa.

Gráfico 4 - Porcentagem de alunos por gênero em áreas de conhecimento.



Fonte: Almeida; Zanlorenssi (2017).

A partir do Gráfico 4, visualiza-se que, embora o número de mulheres em nível superior tenha crescido, sua presença ainda é bastante pequena nas áreas tidas como ciências “duras”, como é o caso dos cursos de engenharias, ciências, matemática e computação. De acordo com o gráfico, o sexo feminino é

predominante em cursos das áreas de saúde e bem estar social, educação, ciências sociais, humanidades e artes.

Costa e Pontes (2010, p. 9-10) identificam em seu trabalho que “As discriminações de gênero se manifestam atualmente de maneira mais indireta no mercado de trabalho, mas os espaços predominantemente reservados às mulheres continuam sendo os menos valorizados e mais vulneráveis.”. Ainda nessa pesquisa as autoras constataam que a dificuldade de mulheres na área de engenharia, na maioria das vezes, é devido à exigência de profissionais com presença em áreas de risco e consideradas insalubres, além de “falta de alojamentos e sanitários adequados, trabalho sujo e pesado, necessidade de viagens constantes[...]”. (COSTA; PONTES, 2010, p. 6). A afirmação parece reproduzir a ideia de mulher como sexo frágil pois em outros países os percentuais não são similares ao do Brasil.

Cardoso (2016, p. 128) apresenta que em Portugal nos anos de 2011 e 2012, o ingresso e conclusão de mulheres por áreas de educação e formação, no ensino superior,

...foram: Educação (81,3% de participação feminina); Artes e Humanidades (59,4%); Ciências Sociais, Comércio e Direito (62,7%); Ciências, Matemática e Informática (55,6%); Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (30,7%); Agricultura (58,8%); Saúde e Proteção Social (79,1%); Serviços (50,2%).

Percebe-se que, diferente do Brasil, em Portugal tem-se uma porcentagem de 55,6% de mulheres nos cursos nas áreas de Ciências, Matemática e Informática. Enquanto no Brasil, essas áreas são as que possuem a menor presença feminina.

Sobre isso, Teixeira e Freitas (2014, p. 331) afirmam:

O fato de se ter mais mulheres frequentando o ensino superior, apesar de uma conquista, não garante a elas condições justas para atingir o sucesso profissional, nem mesmo rompe com a segregação sexual por áreas de conhecimento. A discriminação continua mesmo quando essas mulheres rompem com estigmas e barreiras sociais e econômicas, entrando em cursos tradicionalmente ocupados por homens.

Barreto (2014, p. 9 – 10), a respeito da relação de carreiras entre os gêneros, também afirma que,

A despeito da formalização da igualdade, a ordem social continua marcada pela desigualdade, configurando uma divisão sexual de tarefas em que, para determinadas posições, carreiras e funções, são valorizadas

características atribuídas aos homens e à masculinidade e, para outras, características atribuídas às mulheres e ao feminino.

No gráfico 4, pode-se perceber que a presença do sexo feminino nos cursos de educação é predominante com 75% do total. Confrontando os dados do número de concluintes dos cursos de nível superior e o número de docentes em exercício na educação superior, por sexo, no mesmo período, de 2009 a 2016, no Gráfico 5, percebe-se um cenário bastante diferente do quantitativo que concluiu algum curso de graduação.

No subtópico a seguir será apresentada a diferença entre os gêneros no mundo do trabalho.

3.1.2 Dados do Mundo do trabalho.

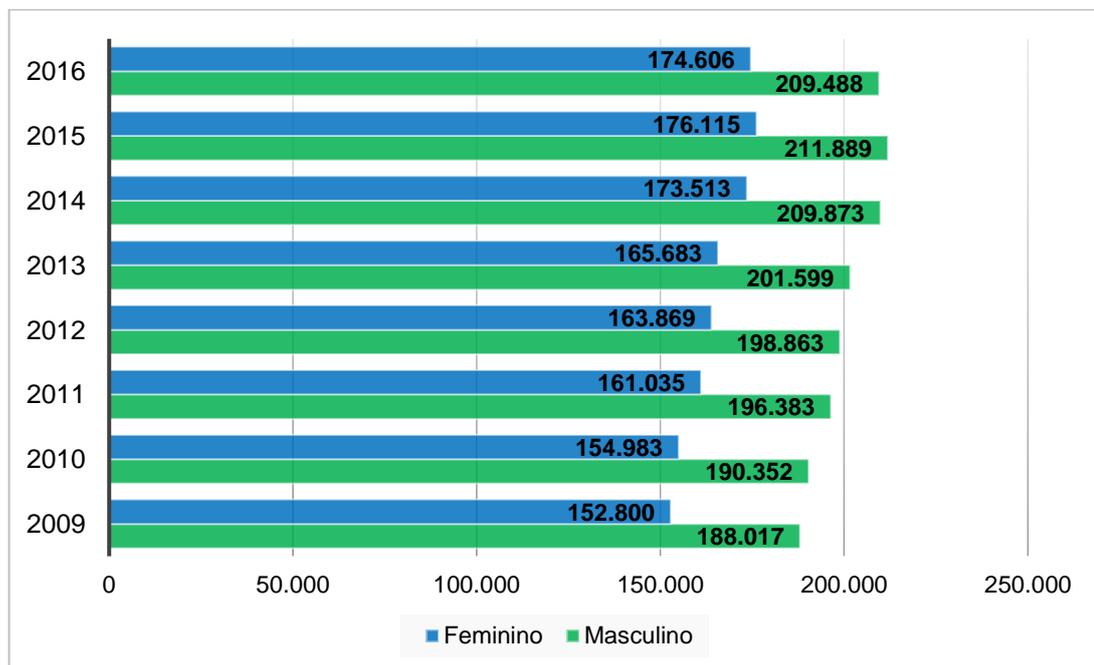
A trajetória da mulher no mundo do trabalho, é marcada por lutas inclusive pelo direito a educação, como apresentado no sessão 2 dessa dissertação, visto que as mulheres eram criadas única e exclusivamente para serem donas de casa, boas esposas e mães. O acesso ao ensino superior se destaca como um importante marco na escolarização feminina, uma vez que isso reforça o possível lugar da mulher nos diversos postos de trabalho, o que durante muito tempo não era visto pela sociedade como relevante ou necessário. Vale salientar, que o trabalho mais ocupado pelas mulheres na primeira metade do século XX era o magistério, por isso até hoje existe essa relação da profissão com a feminilidade. Segundo Rabelo e Martins (2010), a feminização do magistério deu-se devido a necessidade de expansão do ensino e a redução dos salários dessa categoria, assim as mulheres assumem “[...] esse posto, não pelo salário, mas por sua suposta “vocação” natural para essa profissão.” (RABELO; MARTINS, 2010, p. 6171). Na época, esse era praticamente o único caminho para as mulheres conseguirem seu sustento fora do lar.

Novaes (1991, p. 22) acrescenta que o magistério é uma continuação da maternidade e, por isso, historicamente é tido como uma “ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para a mulher.”. Guedes (2008) ressalta a importância que a educação trouxe para a estruturação de gênero, mas os estereótipos que se atribuem aos gêneros,

direcionam quais carreiras podem ou não ser apropriadas para homens e mulheres. (BARRETO, 2014).

Assim, no gráfico 5, visualiza-se o número de docentes em exercício, por sexo, em Universidades, Faculdades, Institutos Federais (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Centros Universitários; Instituições públicas e privadas do Brasil de 2009 a 2016.

Gráfico 5 - Número de docentes em exercício, na educação superior, por sexo, no Brasil

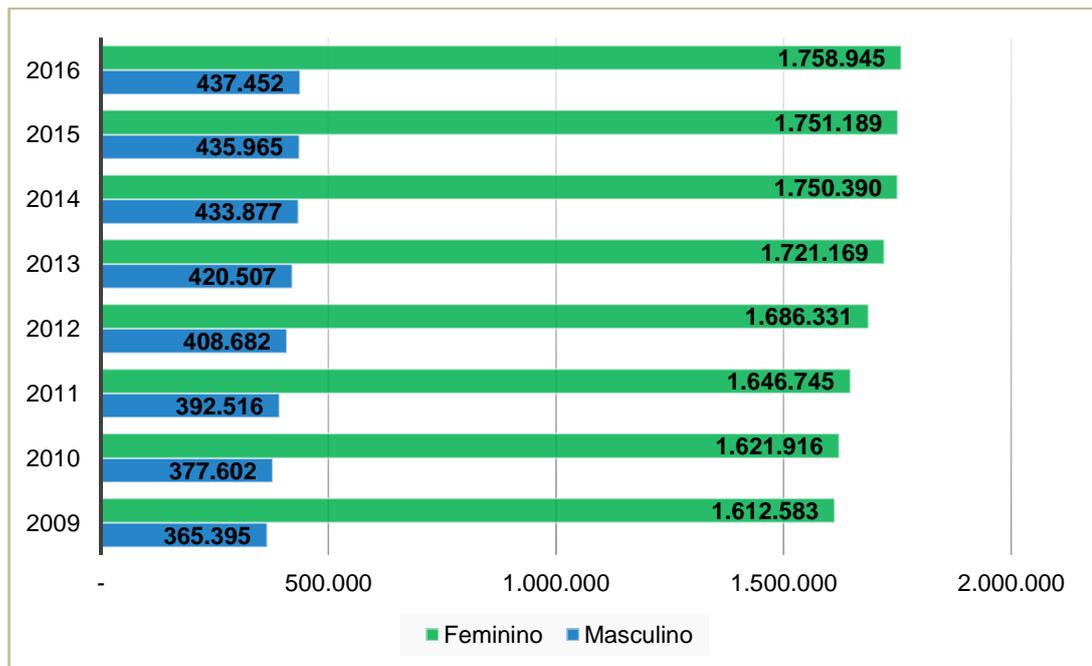


Fonte: Adaptado do INEP (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Pode-se observar, no Gráfico 5, que o número de homens que estão em exercício como docentes na educação superior é maior que o número de mulheres em todos os anos analisados. Em 2009, tem-se 55,1% de homens atuando como docentes e apenas 44,9% de mulheres nessa função. Esse percentual não tem mudado muito nos últimos anos, pois em 2014 o percentual de mulheres é de 45,3% e em 2016 é de 45,5%, um crescimento de 0,2% em dois anos, isso se torna desproporcional quando comparado com a quantidade de mulheres que concluem uma graduação. Segundo Teixeira e Freitas (2014), apesar de mulheres apresentarem maior grau de escolaridade, ainda apresentam baixa produtividade quando comparadas com o sexo oposto e não ocupam os cargos mais prestigiados nas instituições de Ensino Superior.

Ao analisar o Gráfico 6, onde é apresentado o número de docentes em exercício na Educação Básica, de 2009 a 2016, verifica-se uma grande diferença quanto aos dados de docentes na Educação Superior entre gêneros.

Gráfico 6 - Número de docentes em exercício, na Educação Básica, por sexo, no Brasil



Fonte: Adaptado do INEP (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016).

Percebe-se que durante os oito anos analisados, o número de mulheres em exercício na docência na Educação Básica é superior em todos os anos e com um percentual desproporcional, pois em 2009, a porcentagem de homens era de 18,5%, em 2013, de 19,6% e em 2016, de 19,9%. Comparando os dados do Gráfico 5 com os dados do Gráfico 6, percebe-se uma diferença entre os gêneros muito grande em relação aos ambientes de trabalho, enquanto na Educação Superior, em todos os anos analisados, percebe-se que o número de homens é sempre maior que o número de mulheres; na Educação Básica, as mulheres ultrapassam os 80% de docentes em exercício nesse nível. É importante lembrar que a carreira de magistério superior é melhor remunerada, assim como também vale salientar que existem grandes diferenças entre a carreira de magistério superior e a de educação básica, que estão relacionadas a tempo de serviço, experiência, qualificação, publicação e as vezes as mulheres têm, pelos papéis que exercem socialmente, dificuldade em manter uma ascensão profissional na carreira similar

aos homens. Isso vem ao encontro com o que Rabelo e Martins (2010, p. 6172) afirmam,

Os homens que se dedicavam à educação, no decorrer do século XX, apresentavam facilidades de promoção na carreira do magistério e no sistema educacional em geral. Já as mulheres tinham uma ascensão profissional muito difícil, o que as fazia continuar na carreira de professora primária por longo tempo.

A divisão sexual do trabalho precisa de muita discussão e de muita luta para que possam ser quebradas as barreiras que existem até hoje. Vale ressaltar a falta de dados, por gênero, quanto ao número de profissionais nas respectivas carreiras de atuação.

Sobre a escolha da docência como profissão feminina, Cornelio (2016) em pesquisa realizada com docentes que atuam na Educação Profissional apresenta que as mulheres encontraram no magistério a valorização e satisfação que muitas vezes não encontravam em outra atividade laboral, desenvolvida na área da formação inicial. Suas entrevistadas relataram ainda a possibilidade de conseguirem conciliar o trabalho remunerado com as tarefas maternas.

Sobre as relações de gênero no ambiente de trabalho, as entrevistadas, segundo a autora, relataram que,

[...] se processavam, de forma respeitosa e igualitária. Entretanto, relataram que recebiam “cantadas” de colegas e estudantes. Ao serem indagadas sobre o acesso a cargos administrativos de maior status, algumas docentes afirmaram que não havia impedimento, pelo fato de serem mulheres. (CORNELIO, 2016, p.9).

É nítido que apesar das diversas discussões sobre a presença das mulheres em “ambientes masculinizados” e apesar de possuírem menor remuneração, esse cenário continua bastante atual e ainda é difícil encontrar dados mais específicos.

3.2 QUÍMICA: CURSO PARA HOMENS E/OU PARA MULHERES? REALIDADE DO IFRN.

A disciplina de Química está na área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, assim, a química é considerada uma ciência “dura” e é taxada como uma área masculina, pois envolve cálculos. Segundo Santos (2013, p. 84), “As razões biológicas existem, mas não são elas que definem nem explicam

completamente a masculinização ou feminização das carreiras acadêmico-profissionais.”.

Não é porque se é mulher que só se pode ou deve cursar disciplinas de áreas como Ciências Humanas ou Linguagens e seus códigos. O espaço do sexo feminino é nos cursos em que as mulheres se sentirem à vontade e desejarem cursar. Da mesma forma, os homens não podem se deter e acreditar que só podem ser engenheiros ou físicos. Sobre isso, Castells (2007, p. 267) afirma que “As mulheres provaram, em toda a parte, que podem ser bombeiras e estivadoras, além de executarem trabalhos árduos nas fábricas desde o início da era industrial.”.

A diferenciação na escolha das carreiras para homens e mulheres existe, mas o que não deve haver é carreiras que sejam apenas femininas ou masculinas. Apesar de existir preconceito com o sexo feminino e masculino em algumas áreas, percebe-se que esse cenário tem mudado ao longo dos anos.

A divisão sexual do trabalho não pode mais ser justificada pela falta de qualificação feminina, pois como foi visto nos gráficos discutidos no tópico anterior, o nível de escolaridade das mulheres vem crescendo a cada ano e, em geral, está acima da escolaridade dos homens. (COSTA; PONTES, 2010).

3.2.1 Alunos.

O Curso Superior de Licenciatura em Química no IFRN é ofertado desde 2009 a partir da expansão do número de campi. O curso é ofertado em quatro (4) campi, sendo eles, Apodi, Currais Novos, Ipanguaçu e Pau dos Ferros. O curso foi criado com o objetivo geral de

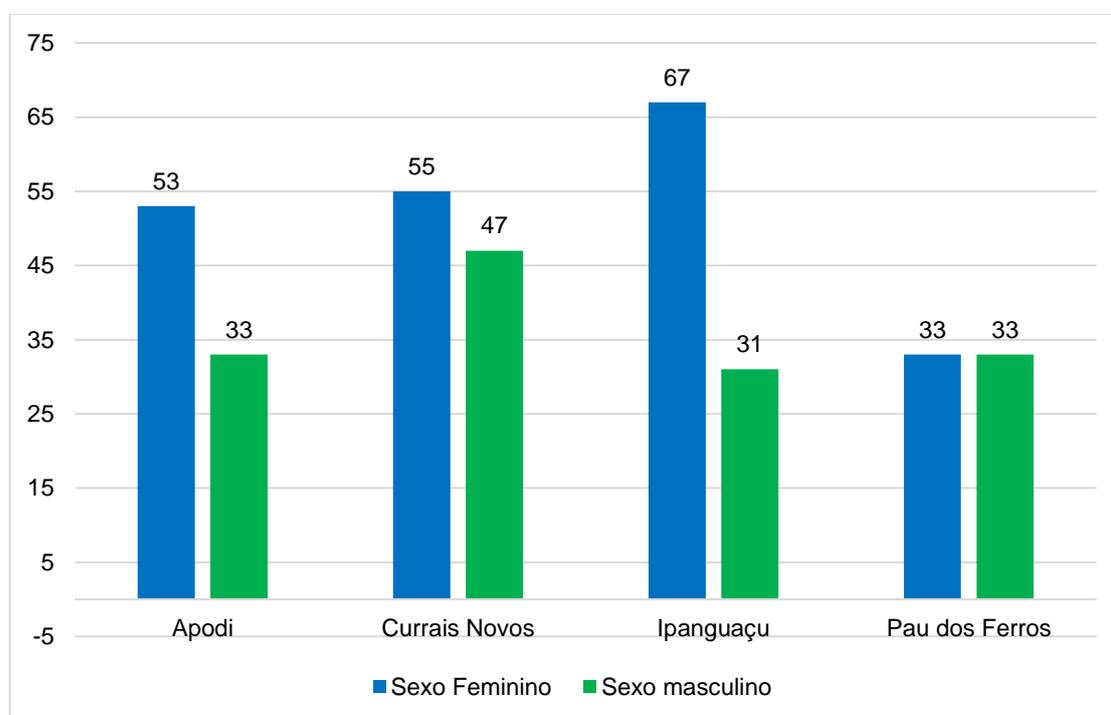
[...] formar o profissional docente em Química para atuar na educação básica, bem como em áreas afins permitidas em legislação, com um saber plural, constituído pela internalização de saberes da área específica, pedagógicos e experienciais. (IFRN, 2012, p. 9).

Sendo o curso destinado a qualquer pessoa, independente de raça, religião ou gênero, que seja portador de certificado de conclusão do ensino médio, dessa forma ser homem ou ser mulher não define as escolhas profissionais que serão feitas (SANTOS, 2013), uma vez que o curso foi “[...] planejado com o compromisso de formar o profissional docente em Química para atuar na educação básica, bem como em áreas afins permitidas em legislação, com uma formação de nível superior – graduação.” (IFRN, 2012, p.6).

As escolhas profissionais na realidade vivenciada dentro do IFRN, mais especificamente no curso de Licenciatura em Química, foco deste estudo, no entanto, demonstram que a situação não tem mudado em relação ao cenário nacional quando se busca o número de docentes que atuam na área.

Nesse contexto de IFRN e pensando na relação entre os gêneros, elaboramos o Gráfico 7, para analisarmos o quantitativo de formados, na Licenciatura em Química nos anos de 2013 a 2018. Essa delimitação temporal deu-se por 2013 ser o ano de conclusão das primeiras turmas.

Gráfico 7 - Número de alunos formados no Curso de Licenciatura em Química no IFRN de 2013 a 2018.



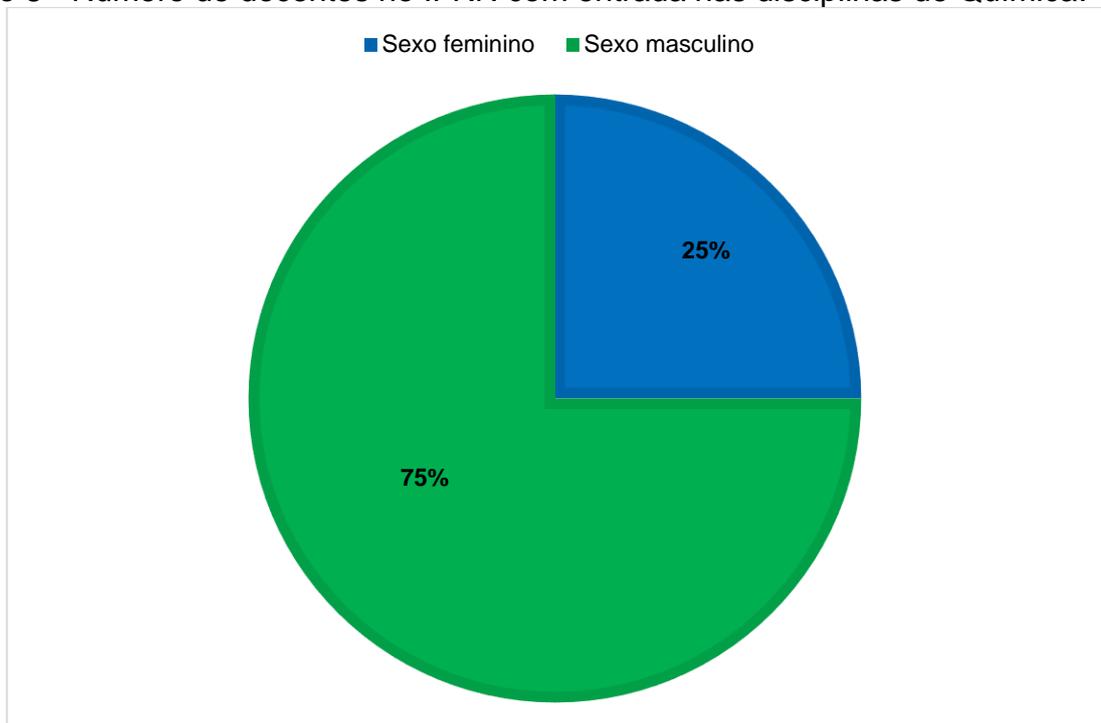
Fonte: Adaptado do SUAP (2018).

Analisando o número de formados em Licenciatura em Química nos campi, percebe-se que durante esses seis anos o IFRN formou 352 pessoas, sendo 208 do sexo feminino e 144 do sexo masculino, o que dá uma porcentagem de aproximadamente 59,1% de concluintes do sexo feminino. Essa diferença condiz com os dados encontrados nos Censos analisados anteriormente, que indicam o aumento do número de mulheres que concluem a educação superior.

3.2.2 Docentes.

Quando se observa o número de docentes na Instituição, encontra-se dados bastante expressivos considerando as questões de gênero. Segundo o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), o IFRN possui oitenta (80) professores com entrada em disciplinas de Química, Química Analítica, Química Aplicada, Química Inorgânica e Química Orgânica, sendo sessenta (60) do sexo masculino e apenas vinte (20) do sexo feminino. Como pode ser visualizado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Número de docentes no IFRN com entrada nas disciplinas de Química.

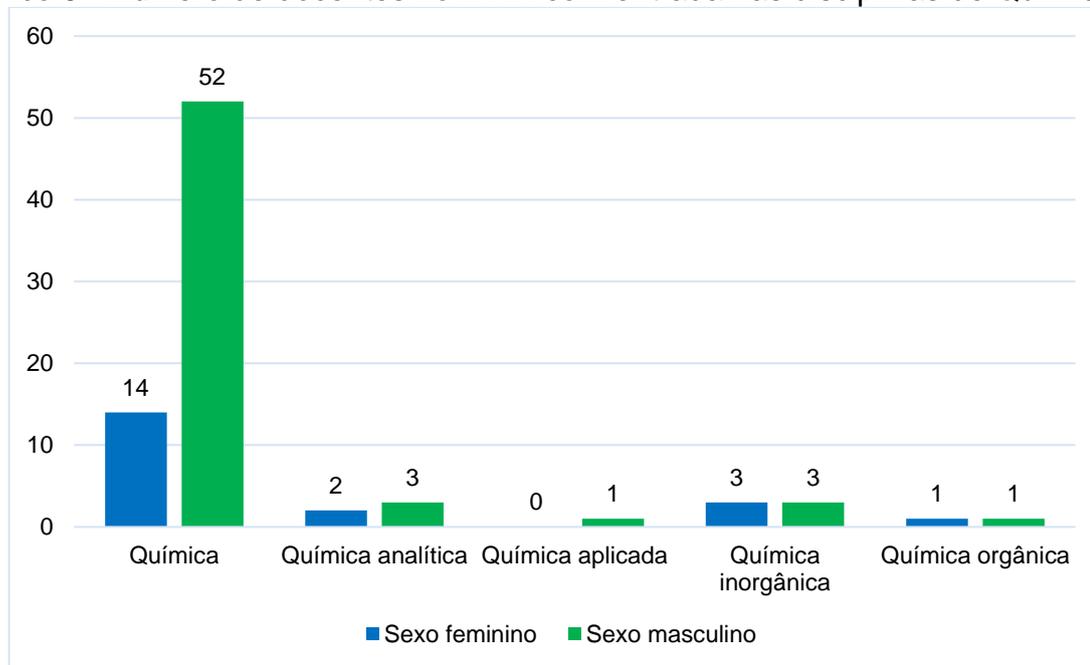


Fonte: Adaptado do SUAP (2018).

Visualiza-se que apenas 25% do total de professores que lecionam alguma disciplina de Química no IFRN são do sexo feminino, enquanto 75% é do sexo masculino. Isso é algo contraditório, pois enquanto a instituição forma mais pessoas do sexo feminino, o sexo masculino é quem atua nos postos de trabalho com melhor remuneração. Evidentemente, não se quer traçar uma relação direta entre a formação no próprio IFRN e a sua entrada para atuar na instituição como docente, mas é relevante perceber, uma condição que não é mérito da instituição, apenas um retrato da contradição social já observada quando da apresentação dos dados referentes ao ensino superior no país, enquanto há mais mulheres sendo formadas, menos delas entram nas profissões de maior valorização.

No Gráfico 9, pode-se verificar as áreas específicas da Química em que esses professores têm entrado como docentes no IFRN.

Gráfico 9 - Número de docentes no IFRN com entrada nas disciplinas de Química.



Fonte: Adaptado do SUAP (2018).

No Gráfico 9 verifica-se que a maioria das mulheres tem entrada na disciplina de Química (14), seguida de Química Inorgânica (3), depois Química Analítica (2), Química Orgânica (1) e nenhuma pessoa do sexo feminino com entrada como docente na Instituição em Química Aplicada.

A partir dos dados expostos, podemos concluir que os dados nacionais demonstram que o número de mulheres no curso de Licenciatura em Química tem aumentado. Isso é corroborado pela formação desenvolvida no IFRN nessa área. No entanto, a partir do olhar sobre o quadro docente do IFRN, percebe-se que são os homens que continuam atuando nos postos de trabalho com os melhores salários, no caso, como docentes, posto que o percentual de mulheres professoras dessa área específica (Química) ainda é minoria na instituição.

Vale ressaltar a falta de dados, por gênero, quanto ao número de profissionais nas respectivas carreiras de atuação e, conseqüentemente, o número de docentes na educação básica e do ensino superior em todas as áreas e principalmente em Química, foco desse estudo.

Encontra-se vários trabalhos que relacionam docência em química, que apresentam pesquisas com ênfase em carência e relações de trabalho, identidade,

formação, dentre outros (ARROIO, 2009; MALDANER , 2000; SÁ; SANTOS, 2011, 2017), mas que relacione docentes em química quanto a gênero são poucos, o que exalta a importância dessa pesquisa.

No próximo capítulo serão feitas discussões sobre as representações de gênero entre as docentes do curso de licenciatura em química do IFRN.

4 AS PERCEPÇÕES DE GÊNERO DAS DOCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFRN.

[...] a gente vê nas entrelinhas do nosso dia a dia o quanto a gente é ... vou usar o termo mesmo diminuída pelo fato de ser mulher o quanto a gente não é respeitada pelo fato de ser mulher [...]. (PROFESSORA H, 2018).

Este capítulo apresenta os resultados da análise dos dados, no que se refere ao perfil profissional e pessoal das professoras do núcleo específico, com formação na área de Química, do curso de Licenciatura em Química do IFRN quanto a percepção da relação de gênero dentro do seu ambiente de trabalho.

Para alcançarmos os objetivos propostos, este capítulo foi dividido em três seções, escolhidas a partir da categorização principal das análises dos textos transcritos, que foram: Identificação e histórico pessoal; questões de gênero; e vivências das relações de gênero. Foi fundamental iniciarmos pela análise do perfil e da escolha pelo magistério das entrevistadas, em seguida investigamos suas percepções sobre como entendem e veem as questões de gênero na sociedade, e por último, elas foram questionadas sobre a vivência das relações de gênero dentro do ambiente de trabalho com seus pares, superiores e alunos.

4.1 O PERFIL DAS PARTICIPANTES, A ESCOLHA DO MAGISTÉRIO COMO PROFISSÃO E O CURSO DE QUÍMICA.

Como já anunciamos, este trabalho tem o interesse de analisar a percepção das docentes do Curso de Licenciatura em Química quanto as relações de gênero. Começamos nossa reflexão a partir do perfil acadêmico e como deu-se a escolha pelo magistério como profissão. Vale ressaltar que todas as entrevistadas são do quadro efetivo do IFRN e são docentes formadoras do Eixo Específico no Curso de Licenciatura em Química, ou seja, são docentes que formam docentes.

A seguir, elaboramos o Quadro 4 para melhor visualização do perfil profissional das entrevistadas.

Quadro 4 - Perfil Profissional das docentes entrevistadas

DADOS	Prof ^a H	Prof ^a He	Prof ^a Li	Prof ^a Be	Prof ^a B
Idade	35 anos	35 anos	31 anos	38 anos	37 anos

Formação inicial	Licenciatura em Química	Licenciatura em Química	Licenciatura em Química	Licenciatura e Bacharelado em Química	Licenciatura e Bacharelado em Química
Formação continuada	Mestrado e doutorado em Química Orgânica	Mestrado e doutorado em Química	Mestrado em Ensino de Química	Mestrado e doutorado em Química Inorgânica e Pós Doc em Eng. de Materiais	Mestrado e doutorado em Química
Tempo de docência no IFRN	6 anos	8 anos	5 anos	5 anos	3 anos
Tempo de docência na Licenciatura em Química do IFRN	6 anos	7 anos	3 anos	5 anos	3 anos
Disciplinas lecionadas na Licenciatura em Química	Todas as disciplinas de Química Orgânica	Química Geral I e II, Química Experimental, Química Analítica Quantitativa e Qualitativa, Bioquímica, Metodologia do Ensino de Química II, Métodos	História da Química, Instrumentação para o Ensino de Química, Bioquímica, Físico-Química e Química Geral.	Química Inorgânica Descritiva, Química Inorgânica de Coordenação, Química Analítica Quantitativa e Qualitativa, Química Experimental, Química	Química Geral I e II, Química Inorgânica Descritiva e Química Inorgânica de Coordenação, Espectroscopia dos Compostos de

		Instrumentais de Caracterização de Compostos Orgânicos, Seminário de Orientação Pesquisa I e II.		Ambiental, Tecnologia em Produtos Sanitários e Química dos Biocombustíveis.	Coordenação e Mineralogia.
--	--	--	--	---	----------------------------

Fonte: Elaboração própria em 2018.

A primeira entrevistada está identificada como Professora H. Ela tem 35 anos, sua graduação é em Licenciatura em Química com mestrado e doutorado na área de Química Orgânica, a docente possui formação inicial e continuada na área de química. Está na instituição há seis anos e desde que ingressou no IFRN sempre lecionou no Curso de Licenciatura em Química, como explica,

Entre aqui (**IFRN**) em 2012 em abril de 2012 [...] fui atuar direto na licenciatura assumindo todas as disciplinas de química orgânica então até hoje eu sou a única responsável pelas disciplinas de química orgânica da licenciatura tanto é que às vezes a carga horária é tão alta que eu não dou aula praticamente no técnico no integrado porque toda minha carga horária preencho com as disciplinas da licenciatura. (PROFESSORA H, 2018).

A Professora H, entrou na instituição para vaga da disciplina de atuação no Ensino Superior, como a mesma afirma na fala, é a única professora no campus que leciona todas as disciplinas de Química Orgânica.

Quando questionada sobre a escolha pelo curso de química, ela explica que foi o “acaso”, assim como o magistério como profissão, situação que ela explica,

[...] até que a química aconteceu e aí foi realmente o acaso nos estágios a gente paga o estágio eu achei também que não iria conseguir a primeira vez que entrei na sala de aula eu jurei que não ia entrar nunca mais que não ia voltar, porque foi desesperador mas eu atribui isso além da falta de experiência a falta de cuidado do orientador porque se você tem um orientador que acompanha que te ajudar, te prepara e tudo [...] o meu currículo da época ele era muito mais específico muito mais técnico a gente sai quase um bacharel eram poucas as disciplinas do núcleo didático pedagógico então eu fiquei muito apavorada mas acabei que entrei no mestrado e ia dando algumas aulas ao acaso : e no acaso eu fui me encontrando onde eu me encontrei mesmo foi com um grupo de amigos e a gente juntou colegas de várias formações e a gente fez meio que um cursinho gratuito para pessoas de baixa renda e ali de fato eu me descobri e

aí eu vi que dava, que eu podia, eu achava que não, eu acho que eu consigo aí pronto a partir daí eu já não pensei mais em outra profissão. (PROFESSORA H, 2018).

Ela admite, no entanto, que a escolha da docência como profissão e a química como curso não foi desde criança, pois quando estava no Ensino Médio desejava ser militar, como explana,

[...]mas nunca eu acho que ficou intrínseco porque isso eu tenho muito claro que durante o meu ensino médio é ... eu não tinha como potencial dizer eu quero ser professora eu não tinha eu achava que ia seguir outra profissão inclusive eu estudava em um colégio militar na verdade eu queria ser militar mas para ser militar existe concurso e na minha época concurso para militar mulher eram os mais difíceis então eu não consegui conciliar na época e não podia ficar esperando as coisas chegarem então eu fiz as coisas acontecerem de outras maneiras [...]. (PROFESSORA H, 2018).

A partir da fala da Professora H, percebe-se que sua escolha profissional sofreu forte influência de estereótipos sociais, pois de acordo com Lara et. al. (2017) antes dos anos 1990 o trabalho militar era “estereotipado como lugar de homens” (LARA et. al., 2017, p. 56). E Resende (2017, p. 89) acrescenta que devido “[...] a desqualificação da mulher em relação ao homem gerou uma enorme desigualdade no número de homens e mulheres em postos militares, além de uma série de dificuldades para mulheres interessadas em seguir a carreira militar.”. Assim, percebemos que muitas vezes as escolhas profissionais são feitas de forma involuntária, mas enraizada em estereótipos que permeiam a sociedade.

A Professora He também tem 35 anos e possui graduação em Licenciatura em Química, com mestrado e doutorado na área de Química. Há oito anos está no IFRN, mas só começou a lecionar no Curso de Licenciatura em Química depois de quase um ano, como especifica,

[...] em abril de 2010 logo quando eu assumi eu não atuei no curso de licenciatura em química já existia um professor e era ele que atuava na época na realidade eu vim atuar na licenciatura em química acho que foi dois semestres depois eu só vim atuar em 2011 ... 2011 foi quando eu ministrei a disciplina de Química Geral II então de 2011 pra cá eu sempre venho atuando no curso de licenciatura em química. (2018).

Na experiência de docência no IFRN, a Professora He já lecionou na Licenciatura em Química, em disciplinas do Eixo Específico como: Química Geral I e II, Química Experimental, Química Analítica Quantitativa e Qualitativa, Bioquímica, Metodologia do Ensino de Química II e a disciplina optativa Métodos Instrumentais de Caracterização de Compostos Orgânicos, e ministrou Seminário de Orientação

Pesquisa I e II, disciplina, que constitui o currículo e articula a teoria e prática como complementação dos saberes e habilidades.

Em relação à escolha pelo magistério, a Professora He relata que a escolha veio quando participou de uma seletiva do seu Estado para atuar como professora no Ensino Médio e a confirmação da docência como profissão emergiu de uma experiência, ao ser professora substituta na Universidade e, segundo ela, com essa experiência percebeu que tinha maior vocação para ensinar a um público adulto “[...] então assim isso me fez despertar para o magistério principalmente do magistério superior em que eu me sentia é ... eu me sentia mais estimulada[...].” (PROFESSORA He, 2018).

A terceira entrevistada, foi denominada de Professora Li, é a mais nova das entrevistadas, possui 31 anos, é Licenciada em Química tem Mestrado em Ensino de Ciências e faz Doutorado também em Ensino de Ciências. Entrou no IFRN há cinco anos, mas passou dois anos afastada. Desde que ingressou na instituição leciona no Curso de Licenciatura, como relata:

Dei aula no IF três anos depois de 3 anos eu saí para afastamento vão fazer 5 anos que estou na instituição e 3 anos são na Licenciatura em Química não teve um semestre sequer que eu não tenha trabalhado na licenciatura. (PROFESSORA Li, 2018).

Em relação às disciplinas que já lecionou, ela demonstra sempre interesse pelas disciplinas voltadas para o ensino, que é sua área de Mestrado e Doutorado, como: História da Química, Instrumentação para o Ensino de Química. Já lecionou Bioquímica, Físico-Química e Química Geral, mas apenas nos primeiros semestres, quando ingressou na instituição.

Ao ser questionada sobre a escolha pelo magistério, a Professora Li, inicialmente responde que não sabia, mas acredita que veio da sua infância quando brincava de ensinar e sua mãe apoiou a ideia e o curso de Química porque gostava da matéria na época de escola.

A Professora Be tem 38 anos, Bacharelado e Licenciatura em Química, com Mestrado e Doutorado na área Química Inorgânica e fez um ano e meio do Pós Doutorado na área de Engenharia de Materiais. Leciona na Licenciatura em Química desde que ingressou na instituição, há 5 anos. Ela explica que o seu código de vaga de entrada na instituição é para vaga específica de Química Inorgânica, então a mesma ministrou as disciplinas de Química Inorgânica Descritiva e de Química

Inorgânica de Coordenação, e segundo ela foi mais além, ministrou Química Analítica Quantitativa e Qualitativa, Química Experimental, Química Ambiental e as disciplinas da grade optativa, como Tecnologia em Produtos Sanitários e Química dos Biocombustíveis.

Sobre a escolha pelo magistério e pelo curso de Química ela explica que foi por afinidade, como explica,

[...] é a questão da... do magistério em si né... foi a afinidade na verdade pela disciplina de química [...] e aí eu tinha expectativa de tentar fazer a ... o bacharelado fazer uma engenharia só que a vida às vezes nos guia pra alguns caminhos e aí é tentei outras opções e uma delas foi a licenciatura que foi o que eu passei no vestibular na época e aí eu comecei a gostar fui desenvolvendo a questão do aprendizado né mesmo sem ter tanta experiência na época que desde quando eu terminei em 2005 a licenciatura tive pouco contato na verdade em sala de aula mais isso me reportou [...] continuar na carreira acadêmica seguir direitinho né e continuar na parte do magistério. (PROFESSORA Li, 2018).

A quinta entrevistada, denominada Professora B, tem 37 anos também é Licenciada e bacharel em Química e possui mestrado e doutorado em Química. A mesma está no IFRN desde 2015 e todos os semestre atuou na Licenciatura, descreve, “[...] entrei no IF em 2015 e já tinha tido experiência do ensino superior então quando eu cheguei aqui já me colocaram nas disciplinas do curso superior de licenciatura em química”. (PROFESSORA B, 2018).

Quando questionada sobre as disciplinas que já lecionou ela afirmou que gosta de pegar as turmas no início do curso, então ministra as disciplinas de Química Geral I e II, Química Inorgânica Descritiva e Química Inorgânica de Coordenação e as disciplinas optativas de Espectroscopia dos Compostos de Coordenação e Mineralogia.

Ao falar da escolha pelo magistério, ela assume que inicialmente não imaginava ser professora, queria ser pesquisadora, mas afirma que a partir dos estudos com os colegas, despertou para o magistério, como expõe,

[...] quando eu iniciei a universidade assim fui pra química né eu nunca imaginei que eu seria professora de química meu sonho era pesquisar [...] minha intenção era ser pesquisadora porém quando eu cheguei na universidade nas disciplinas sempre eu era aquela aluna que ia pro quadro pra responder lista de exercício pra estudar junto com o grupo era sempre eu que ia [...] nunca tive isso de dizer não vou fazer só pra mim e guardava a lista de exercício não eu era sempre atrevida mesmo de ir pro quadro e todo mundo já combinava **Boro** vamos : marca um dia pra estudar pra prova [...] eu ia pra mim isso era satisfação [...] hoje eu sou bastante satisfeita com essa decisão [...]. (PROFESSORA B, 2018).

A partir da apresentação do perfil e do caminho formativo das entrevistadas percebemos que todas as participantes escolheram a docência de forma um pouco aleatória, as oportunidades fizeram com que se tornassem docentes. A maioria delas tem atuado prioritariamente na licenciatura, então, apesar de serem de disciplinas específicas, têm como função a formação de outros docentes. Todas elas tem no mínimo mestrado, a maioria já tem doutorado. O que demonstra uma opção pela formação na área acadêmica, que visa ao ensino e à pesquisa.

4.2 PERCEPÇÃO SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE.

Neste trabalho estamos interessados em discutir com as docentes, que atuam nas disciplinas do núcleo específico e nas disciplinas de química no curso de Licenciatura em Química do IFRN, sobre as questões de gênero que permeiam a sociedade.

Entendemos ser importante essa discussão a partir das entrevistas com as docentes, porque elas atuam em uma área ainda fortemente marcada por separação de gênero, a química, e fazem formação de professores dessa área, assim elas não só têm a experiência de estudantes para relatar as questões de gênero que vivenciaram na sua formação quanto na sua experiência profissional, atuando junto à formação de estudantes de Licenciatura em Química.

O Quadro 5, traz uma síntese das subcategorias que surgiram a partir da categoria “Questões de gênero na sociedade”, para nos auxiliar nas reflexões acerca dos discursos das docentes.

Quadro 5 - Síntese das subcategorias.

QUESTÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE
Papéis
Desigualdades
Influência profissional
Predominância nos cursos de química

Fonte: Elaborado pela autora em 2018.

O Quadro 5 será analisado a partir das subcategorias que emergiram dos discursos, pois para as docentes entrevistadas as questões de gênero na sociedade ainda necessitam de muito debate e discussões para alcançar o patamar almejado de igualdade.

4.2.1 Papéis.

O primeiro questionamento indagou as docentes sobre a existência de papéis diferentes entre homens e mulheres na sociedade. De forma unânime elas responderam que não existem papéis de homens ou de mulheres na sociedade, para as entrevistadas todos devem ter o mesmo papel social, independente de ser homem ou mulher, e não deve ou deveria existir essa diferenciação, como expõe a Professora Li,

Acho que é a mesma coisa homem e mulher bem o papel que deveria ser exercido na sociedade não vejo diferença nunca pensei sobre essa pergunta especificamente eu não sei dizer se eu pensasse mais profundamente se eu não visse uma diferença que o homem ou a mulher tivesse que exercer na sociedade por motivo sei lá biológico mas a princípio eu não vejo uma diferença na forma como o homem ou a mulher deve exercer seu papel na sociedade (PROFESSORA Li, 2018).

Na percepção das entrevistadas, elas acreditam que existem diferenças entre papéis sociais, mas que eles não estão associados a questões de gênero. As entrevistadas afirmaram não pensar muito sobre essas questões, então, caminham nas percepções dentro do senso comum. Enquanto na literatura abordada nesse trabalho defende-se que os papéis sociais são elementos fundamentais na construção das identidades de gênero (ALMEIDA, 1998; BEAUVOIR, 1970; LOURO, 1993).

Elas defendem ainda que a capacidade profissional, os direitos e deveres sociais não estão associados a questões de gênero e isso é percebido na fala das professoras Be e B, quando defendem não ver diferença entre as obrigações de homens e mulheres na sociedade.

Eu acho que deva ser é totalmente iguais eu acho que não existe separação de nada [...] cada um tem seu mundo tem sua capacidade uns mais outros menos mas os direitos as obrigações né os deveres pra mim é tudo a mesma coisa é tudo igual o que um homem deve fazer uma mulher também deve fazer eu não consigo enxergar diferença [...]. (PROFESSORA B, 2018).

[...] quanto os homens quanto as mulheres têm direito né e deveres é : de ir e vir pra onde eles quiserem então é ... eu vejo dessa forma isso não quer dizer que porque você é uma mulher você não pode fazer isso ou pode deixar de fazer aquilo eu acho que acima de tudo tem que se ter respeito. (PROFESSORA Be, 2018).

Papéis considerados “tradicionais” têm deixado a mulher sem o poder de escolha para sua vida (CRUZ, 2009), para as docentes isso não deve ocorrer. É

nítido na fala das professora que homens e mulheres precisam rever os estereótipos ligados aos papéis sociais que se espera deles (homens e mulheres) levando-os a romper paradigmas e construir papéis que indiquem sua igualdade a partir do respeito às suas diferenças e individualidades.

A professora H, acredita que,

[...] a mulher tem que se equivaler ao homem sim o ser mulher não me diminui nem me aumenta em absolutamente nada o trabalho como mulher independente da sua formação ele é tão qualificado quanto o de um homem acho que você não mede por gênero eu acho que você mede por capacidade por interesse ou aptidão às vezes você desenvolve uma coisa que você não tem aptidão e todo ser humano ele tem aptidões para mais e para menos ai isso é inerente do ser humano independente de ser homem ou mulher mas em questão de importância em questão de um todo para mim é igualitário. (PROFESSORA H, 2018).

A professora He compartilha do mesmo posicionamento das demais docentes, quando expõe que “[...] na minha concepção não existe papéis de homem e papéis de mulheres na sociedade na minha concepção são papéis iguais.” (PROFESSORA He, 2018).

Vale salientar que as docentes não diferenciam, em suas falas, sexo de gênero. Ou seja, o foco delas é na diferença biológica, sem considerar as questões sociais que condicionam os sujeitos masculinos e femininos a agir de determinadas maneiras socialmente aceitáveis.

4.2.2 Desigualdades.

A desigualdade entre homens e mulheres são construídas segundo Incerti e Casagrande (2016), a partir de influências na infância, quando por meio de brincadeiras, cores, atividades e brinquedos se perpetua quem tem características predominantes de um ou outro sexo.

Verificamos mais uma vez unanimidade nas respostas das participantes, ao afirmarem que a desigualdade é “perceptível” entre os gêneros no dia a dia. Esse discurso está claro na fala das cinco entrevistadas quando questionadas sobre “[...] a desigualdade entre homens e mulheres”. Como pode ser observado na fala delas:

[...] a gente percebe isso nas entrelinhas do dia a dia [...]. (PROFESSORA H, 2018).

[...] a gente presencia muito isso essa questão da desigualdade infelizmente é algo que ainda está presente no mundo atual [...]. (PROFESSORA He, 2018).

Eu acredito que existem muitas desigualdades na sociedade [...]. (PROFESSORA Li, 2018).
 [...] é existe uma desigualdade ainda muito grande [...]. (PROFESSORA Be, 2018).
 Com certeza isso é perceptível isso é notável no nosso dia a dia [...].(PROFESSORA B, 2018).

Percebemos ainda na fala das entrevistadas que a desigualdade entre os gêneros é algo cultural e com forte predominância do machismo, que deriva de um modelo de sociedade fortemente patriarcal. (CARVALHO; CASAGRANDE, 2011). Sobre isso a Professora B expõe que convive com cidadãos que pregam a desigualdade e acreditam ser algo natural, como explica,

[...] eu tenho bastante pessoas ao meu redor que é ... mostram isso claramente sem nenhuma dificuldade sem nenhuma noção do ridículo [...] eu percebo muitas mentes tanto femininas como masculinas porque o machismo tá em ambas as partes eu vejo[...]. (PROFESSORA B, 2018).

O exposto pela docente é a realidade vivida por uma sociedade marcada pela divisão dos sexos, a submissão de um sexo sobre outro, quando deveria existir o respeito e não a desigualdade baseada em aspectos biológicos como defendem Beauvoir (1970) e Almeida (1998).

A professora He reforça também na sua fala o quanto o machismo está embrionado nas relações diárias,

[...] a gente percebe que pessoas extremamente machistas que acreditam que apenas os homens são habilitados a fazer determinada função e a mulher não a mulher ainda é vista como aquela pessoa que tem que viver em casa cuidar dos filhos e da casa". (PROFESSORA He, 2018).

O discurso das docentes chama a atenção acerca da divisão sexual do trabalho que, segundo as docentes entrevistadas, ainda é muito presente no cotidiano, apesar de a justificativa não ser mais baseada na falta de qualificação feminina (COSTA; PONTES, 2010). Alves (2016) lembra que apesar da inserção da mulher nos postos de trabalho, isso não ocorreu como forma de redução da “desigualdade entre os gêneros”, mas decorrente da necessidade de mão de obra operária. (ALVES, 2016, p.37). Portanto, o fato não minimiza socialmente o preconceito ou a desigualdade entre os sexos.

A professora Li aborda que a desigualdade é cultural e vem ao encontro do que Cardoso (2016) defende, quando diz que o comportamento da mulher é “[...] resultado de um extenso período de servidão e da influência da igreja católica como

força política e instrumento de controle social.” (CARDOSO, 2016, p. 74). Corroborando essa afirmação de Cardoso, a Professora Li diz

[...]tem certos elementos de desigualdade enraizados na cultura consequentemente vai existir uma desigualdade entre homens e mulheres já que culturalmente sempre existiu uma desigualdade entre homens e mulheres é : o cristianismo a própria Bíblia tá repleta de referências a desigualdade entre homens e mulheres e a gente a nossa cultura ela é muito influenciada pelo cristianismo ... então existem desigualdades. (PROFESSORA Li, 2018).

As entrevistadas deixam explícito nas suas falas que a desigualdade está bastante presente no dia a dia, apesar desse cenário ter mudado nos últimos anos, a partir da luta das mulheres por acesso a educação, indo ao encontro do que expusemos nas seções anteriores.

A fala das docentes, nesse momento, estava voltada para as relações sociais mais amplas, do cotidiano e, portanto, não necessariamente ligadas à sua prática profissional. Essa informação é relevante porque só mais adiante é que se vai observar sua reflexão acerca das relações entre os gêneros na sua área específica de atuação.

4.2.3 Influência profissional.

A discussão que levou à formulação da subcategoria influência profissional foi identificada nas falas das entrevistadas ao relatarem que a influência de gênero vai persuadir diretamente nas escolhas profissionais, como explica a professora H,

[...] a gente tem profissões que são tidas como extremamente masculinas extremamente femininas mas eu acho que se criou um estigma em cima disso porque a gente veio de um histórico de os homens sempre tiveram acesso à educação antes de maneira é : sempre mais importante do que as mulheres então a educação da mulher como a educação domiciliar para a família para os filhos e a educação masculina é que era a educação para o provimento da casa isso é tradicional desde que o mundo é mundo e a partir do momento que a mulher saiu de casa para ir estudar para ir batalhar então começou a criar o estigma de que ah... esse curso é masculino esse curso é mais feminino eu acho que a gente perpetua mas não porque a mulher não tem capacidade mas eu acho que pela falta de estímulo pela falta de oportunidade[...]. (PROFESSORA H, 2018).

A discussão da professora H apresenta dois posicionamentos em relação à influência profissional, primeiro que a escolha a partir de questões de gênero é derivada do convívio em uma sociedade “patriarcal” e consequentemente a educação feminina é tardia e voltada para o lar (LOURO, 1993), como já foi discutido

nas seções anteriores. E a segunda, tem relação direta com a primeira, ao afirmar a influência cultural que é perpetuada nas áreas e profissões que culturalmente são “masculinizadas” ou “feminizadas”, como reforça Bandeira (2008), ao afirmar que no Brasil as áreas que possuem maior concentração feminina são as áreas de Humanas e linguagens, enquanto os homens dominam as Engenharias e as Ciências Exatas. Essa não é uma característica apenas do Brasil, pois o mesmo pode ser percebido em Portugal como apresentado no Guia de Educação Género e Cidadania, elaborado por Silva e Saavedra (2015, p. 71), que afirma, que desde do ensino secundário os garotos tentam evitar as áreas das “Humanidades e Literaturas” e as garotas “[...] disciplinas que dão acesso às Engenharias.”.

A visão da docente entrevistada demonstra compreensão acerca dessa perpetuação social e cultural das diferenças de gênero entre as áreas e essas diferenças são construídas a partir dos estereótipos que se definem para homens e mulheres na sociedade patriarcal.

Com um viés um pouco diferente do exposto acima, a professora Li, defende que,

Existem cursos e trabalhos que costumeiramente apresentam maior incidência masculina ou feminina mas eu não acredito que isso seja por preferências masculinas ou femininas ou por um elemento de que homem e mulher sejam feitos para determinados trabalho [...] como elemento da cultura se eu como mulher vejo que a maior incidência em determinada profissão de mulheres pode ser mais provável que eu queira aquela profissão porque eu me vejo :: mais representado naquela profissão assim como o homem [...]. (PROFESSORA Li, 2018).

A professora Li acredita que “costumeiramente” homens e mulheres vão desejar assumir postos de trabalho em que veem maior incidência do mesmo sexo. Isso tem consequências que já abordamos, em que as escolhas passam a ser marcadas por influências de gênero, que podem inibir ou intimidar homens e mulheres em escolhas futuras, e “[...] levam a bipolarização do emprego feminino e manutenção da ideia de que é impossível romper com as barreiras impostas pelo sexo.” (ALVES, 2016, p.38-39). A professora Li aponta que as escolhas são amparadas também em representações sociais de que os sujeitos estão imbuídos, assim, os sujeitos, masculinos e femininos acabam por reproduzir os preconceitos e as diferenças pré-existentes.

A professora He reforça essa perspectiva, lembrando o preconceito existente em alguns tipos de trabalho, ao dizer “[...] em alguns ambientes de trabalho há sim o

preconceito que para determinada vaga às vezes na própria chamada de trabalho diz que querem alguém do sexo masculino.” (PROFESSORA He, 2018).

Percebe-se explicitamente como o preconceito e a desigualdade são percebidos pela entrevista ao reclamar da escolha já determinada a partir da diferença. Para Daniel (2011, p. 324), assim como há quem acredite que trabalhos podem ser determinados pelo sexo, também há quem acredite que existem “[...] habilidades masculinas e femininas que tornam homens aptos para o ‘trabalho masculino’ e mulheres aptas para o ‘trabalho feminino’.”. As entrevistadas, no entanto, acreditam que se deve partilhar a ideia de que o profissional não deve ser escolhido pelo fator biológico, mas pela sua capacidade, eficiência e competência.

Já a professora B, retrata que apesar de algumas mulheres terem o receio de encarar alguns nichos profissionais, grande parte já enfrenta o que deseja sem o receio de sofrer preconceito, a docente dá o seu testemunho como mulher que não apresenta preocupação em enfrentar as dificuldades para alcançar o que deseja.

[...] **eu acho que poucas mulheres** dão um passo atrás em relação a determinadas profissões áreas ... mas eu acho que isso tá diminuindo muito acho que são poucas mulheres que se submetem a dar um passo pra trás né a maioria agora dá um passo pra frente mesmo [...]com relação a mim isso não interfere em nada se eu tiver que ser um astronauta eu vou ser um astronauta pode ter dez homens eu vou tá lá no meio pra mim não importa isso porque acho que a capacidade tá em cada um meu lema é esse capacidade todo mundo tem. (PROFESSORA B, 2018, grifo nosso).

A professora B esquece de mencionar, no entanto, que não basta a sua vontade para que ela alcance o lugar ou a profissão/função que deseja. Ela está em uma sociedade e as escolhas podem ser viáveis ou não, se ela decide ser astronauta em um país ou em um estado em que não há formação ou mesmo investimento nessa área, ela precisaria ter as condições financeiras, sociais e culturais necessárias para mudar para áreas em que tivesse essa oportunidade, condições que não são legadas a todos. Esse é um exemplo baseado no depoimento da professora, mas é uma realidade que pode atingir todos.

Escolhas profissionais não deveriam ser baseadas em questões de gênero, mas infelizmente, como demonstra Alves (2016, p. 39), “Como resultado da cultura social do desejável a cada gênero há baixa mobilidade profissional das mulheres nos espaços que são ocupados simultaneamente pelos dois gêneros.”.

4.2.4 Predominância nos Cursos de Licenciatura em Química.

A disciplina de química está inserida na área de Ciências Exatas, que é difundida como área de pequena participação feminina, como é expresso em diversos trabalhos já apresentados ao longo desta dissertação (CARVALHO; CASAGRANDE, 2011; CARDOSO, 2016; LIMA, 2016; PINTO et. al., 2015; SOUSA; SALGADO, 2017).

Embasadas pelo questionamento sobre a “predominância de gênero nos cursos de química”, observamos uma discordância positiva nas respostas das entrevistadas. As professoras H, Li e B abordam em suas discussões que na vivência delas a predominância de homens e mulheres no curso de química é igualitária, como explicam,

[...]eu hoje já vejo uma forma mais equilibrada e inclusiva acompanhando é o curso aqui *na cidade que atuo* a gente eu consigo ver mais equilíbrio e principalmente quando essas turmas começam a se nivelar e eu dou aula a partir do 4º período que quando entra as disciplinas de química orgânica então eu começo a ver turmas mas mistas [...]. (PROFESSORA H).
Olha quando eu fiz meu curso tinha uma boa divisão entre homem e mulher tinham muitos homens e tinham muitas mulheres na minha visão [...]. (PROFESSORA Li, 2018).
Não existe eu não vejo só mulher eu não vejo mais mulheres não vejo mais homens eu vejo bem diversificado [...] o curso de química mulher e homem mesmas quantidades::: tá balanceado eu não vejo o curso de química ser tão masculino e nem tão feminino não existe isso na minha opinião. (PROFESSORA B, 2018).

De acordo com a fala das entrevistadas a quantidade de homens e mulheres nos cursos de química pode ser considerada igual, isso é um destaque positivo, pois de acordo com Incerti e Casagrande (2016, p. 8) durante muitos séculos existiu a ausência das mulheres “[...] em carreiras como física, química, biologia, matemática, engenharia e computação.”.

Em contraposição à discussão das professoras H, Li e B, as professoras He e Be expõem que os cursos de química tem maior presença feminina, como pode ser percebido.

[...] muitos acreditam que quem faz química na maioria é homem mas na minha turma quando eu ingressei na faculdade a maioria eram mulheres e quando terminou o curso a maioria eram mulheres [...]. (PROFESSORA He, 2018).
Eu vejo e tenho observado que tem mais presença de mulheres e eu acho que na verdade assim as mulheres de uma certa forma elas se formam mais elas tão se capacitando muitas vezes mais do que os próprios homens então assim o que eu tenho observado no meu período de instituição que eu tenho é : recebido ministrado mais aulas pra mulheres a minha turma de

graduação era uma turma que tinha mais mulheres também tinha poucos homens [...] (PROFESSORA Be, 2018).

Assim percebemos que os cursos de química não estão caminhando diferente dos demais cursos superiores, onde a presença feminina vem aumentando progressivamente, como demonstram os dados do INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016). No entanto, o fato de haver turmas mais mistas e números mais igualitários entre homens e mulheres na Licenciatura em Química não implica, diretamente, em que essa presença seja igualitária no mundo do trabalho, conforme também já demonstramos em seção anterior.

4.3 EMPREGO IGUALITÁRIO.

Antes de iniciarmos as discussões sobre a vivência das relações de gênero na sua área, mostramos uma charge às entrevistadas, a Figura 1, que apresenta uma mulher segurando a mão de uma criança, simbolizando a maternidade, na parede uma placa anunciando “carreiras muito boas” e “empregador igualitário”, e no perfil, o recorte, representando a vaga de trabalho, com perfil em formato “um homem”.

Figura 1 - Imagem de “emprego igualitário”



Fonte: Vascounto (2016).

Foi pedido que elas expressassem o que percebiam na Figura 1. Percebemos que as reações foram as mais diversas possíveis: espanto, risos, exaltação, o não entendimento, dentre outros.

A professora H apresenta exaltação na voz ao falar da imagem e demonstra espanto com o que vê, podemos perceber isso na sua fala,

Não nos cabe né ::: NÃO NOS CABE e assim para mim é bem chocante ver isso por que a carga que a mulher tem sobre a sociedade ela é infinitamente maior que a do homem por que o compromisso do homem é com o prover a mulher não ela além de prover porque ela também provê para o lar mas ela é responsável pelo ambiente familiar [...]. (PROFESSORA H, 2018).

Ela acrescenta que a carga que a mulher carrega perante a sociedade é muito grande e que a sociedade insiste que a mulher possa ter um espaço “[...] desde que seja da porta para dentro de casa [...]” (PROFESSORA H, 2018). A professora se mostra pasma com essa situação pois para ela a mulher “[...] tem uma responsabilidade muito maior sobre todo o equilíbrio mas não é reconhecida por isso [...]” (PROFESSORA H, 2018). Acreditamos que o lugar da mulher e do homem é onde desejar, independente do gênero, podemos ser o que nos faz feliz.

A docente apresenta indignação, pois o que é visualizado na figura ocorre, segundo ela, até hoje e apoiado por instituições e pregações religiosas, como expõe,

[...] isso é chocante em pleno século XXI a gente ainda ter pensamentos desse tipo e instituições que apoiam isso as empresas apoiam isso quando desvalorizam o trabalho da mulher quando ela recebe menos as instituições religiosas apoiam isso quando fazem pregações de que a mulher é o pilar da casa um só pilar não sustenta uma família um só pilar não sustenta uma casa uma família são dois pelo menos se for pai e mãe, se for mãe e mãe se for pai e pai não importa mas os dois têm sustentar a casa em todos os quesitos e hoje a gente tem essa sustentação apenas em cima da mulher[...]. (PROFESSORA H, 2018).

Na sua fala ela apresenta um importante conceito de família, que pode ser formada por pai e mãe, dois pais ou duas mães e não conceitos estereotipados. Como descreve Maluf (2010, p 4) em sua tese ao tratar de novas modalidades de família na pós-modernidade, “O conceito de família vem sofrendo, no passar dos anos, inúmeras transformações de caráter público e privado em face do interesse e do novo redimensionamento da sociedade.”.

Sobre a Figura 1, a professora He faz uma simples e clara interpretação, como pode ser observado

Essa imagem aqui é como se a mulher tivesse indo atrás de emprego diz que o empregador ele é igualitário mas se você for olhar aqui a sombra do buraco que foi feito o encaixe é de um homem e que a mulher que tá atrás aqui do emprego ela tá com filho é como se ela não se encaixasse aqui o espaço não dá certo para ela como se a janela do espaço vai que ser um homem eu enxergo como se fosse um homem na sombra aqui mas ele que é empregador igualitário mas você não enxerga essa oportunidade até porque se empregador igualitário não era para existir nem esse buraco aqui do encaixe. (PROFESSORA He, 2018).

A docente expressa sua indignação que apesar do anúncio de emprego igualitário, a responsabilidade da maternidade não a deixa se encaixar na “sombra”, que representaria o currículo. E ainda expõe que se é para ser igualitário não deveria ter um molde para ser encaixado. O posicionamento da professora He é semelhante ao da professora Be, só que mais direcionado para a maternidade, que a mulher da figura ao carregar o filho dificulta o encaixe da “Carreira muito boa” e “igualitária”.

[...] pela imagem a gente não vê que não tem essa igualdade porque a mulher ai ela tá com a criança do lado como é que ela vai conseguir arcar com as responsabilidades ao mesmo tempo que ela tem uma criança arrastando uma criança do lado é: complicado assim pra ela arranjar esse trabalho não é que ela não tenha capacidade ela tem a capacidade e talvez ainda com essa criança consiga realizar as atividades que aquele homem vai executar[...]. (PROFESSORA Be, 2018).

Já a professora Li coloca que não saberia dizer se o que é visualizada na figura realmente acontece, que as melhores carreiras são destinadas a homens, diferente do posicionamento das demais docentes, e explica que isso se ocorre por não ter passado por isso, como pode ser percebido em sua fala,

Eu vejo uma placa escrita carreiras muito boas uma representação masculina embaixo uma mulher olhando para sua representação provavelmente procurando uma carreira e uma placa de empregador igualitário talvez passando a ideia de que os homens - é reservado para os homens as carreiras eu não sei se isso é um fato entendeu não sei se carreiras muito boas são reservadas para homem[...]eu não sei isso seria um fato eu não me senti assim na sociedade quando eu tive que escolher uma carreira eu não escolhi pensando eu sou homem ou mulher eu escolhi pensando [...] o que eu queria fazer eu não senti isso na minha história que eu tenho que ir para terminar carreira por que é masculina ou feminina. (PROFESSORA Li, 2018).

É nítido que a docente, por não ter passado por situação parecida não sente-se à vontade para afirmar se o que vê na Figura 1 realmente ocorre. A docente percebe o mundo a partir de suas experiências pessoais e, evidentemente, não se sente à vontade em questionar os modelos impostos pela sociedade.

A professora B fica pasma e revoltada, a ponto de pedir para não ver mais a imagem, como externa,

Isso é ridículo [...] isso é pequeno pra mim isso é muito pequeno isso é meu deus é tão absurdo que eu não sei nem o que dizer isso é discriminar isso é pequeno isso é desvalorizar isso é excluir isso não existe pra mim se eu tivesse se eu tivesse ai eu quebrava essa parede o que eu tenho a dizer pra mim isso não existe isso é um absurdo quem criou isso é uma mente pequena cabeça pequena podemos isso é um absurdo pode tirar essa foto da minha frente. (PROFESSORA B, 2018).

A Figura 1 foi mostrada estrategicamente após as discussões sobre as relações de gênero na sociedade e antes dos questionamentos sobre a vivência da relação de gênero no ambiente de trabalho, para estimular a reflexão sobre a temática em questão.

4.4 VIVÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO.

Já refletimos sobre o quantitativo de professores que atuam nas disciplinas de química seja no curso de Licenciatura em Química ou no Ensino Médio integrado, do IFRN, e percebemos que apenas 25% são mulheres e 75% são homens. A partir desse quantitativo, observa-se a importância de discutir sobre a vivência dessas docentes que atuam na licenciatura em química quanto às suas percepções sobre as relações de gênero na instituição em que trabalham.

O Quadro 6 mostra uma síntese das subcategorias que emergiram do discurso das entrevistadas a partir dos questionamentos que cercam a categoria “Vivências nas relações de gênero no ambiente de trabalho”, para nos auxiliar nas reflexões desta subseção.

Quadro 6 - Síntese das subcategorias

VIVÊNCIA DA RELAÇÃO DE GÊNERO NO AMBIENTE DE TRABALHO
Discriminação e preconceito
Convivência com os pares e superiores
Divisão de disciplinas
Cargos de chefia ou de confiança

Fonte: Elaboração própria em 2018.

Apresentamos a percepção das docentes quanto as suas vivências dentro da instituição em relação com seus pares, superiores e alunos.

4.4.1 Discriminação e preconceito.

Quando questionamos sobre terem sofrido algum tipo de discriminação de gênero, racial, religiosa, dentre outras por parte dos seus pares, superiores ou alunos, três entrevistadas disseram já ter sofrido algum tipo de discriminação, duas afirmaram nunca terem sofrido algum tipo de discriminação na instituição. A professora He foi uma das que afirmou nunca ter sofrido discriminação “[...] por nenhuma parte nem dos meus colegas nem dos meus alunos e nem dos meus superiores não.” (PROFESSORA He, 2018).

A professora B também afirmou nunca ter sofrido nenhum tipo de discriminação dentro da instituição, ela relatou que se sentiu discriminada no início do curso de Química, quando algumas pessoas criticavam dizendo que era um curso muito difícil para ser cursado por uma mulher, mas ela rebatia dizia, “não existe isso de um curso difícil ser **para homem é um absurdo** [...].” (PROFESSORA B, 2018). Mas no seu ambiente de trabalho ela afirma não ter sofrido nenhum tipo de discriminação.

Como professora não [...] nunca tive ninguém **que** chegou até mim pra dizer nada me discriminando porque eu : sou mulher [...] ensinar uma outra pessoa a ciência não nunca tive seja qualquer outro tipo de discriminação não tive graças a Deus. (PROFESSORA B, 2018, grifo nosso).

Por outro lado, as professoras H, Li e Be relataram episódio de discriminação dentro do ambiente de trabalho. O caso mais grave de discriminação relatado foi o da professora H, que expõe um episódio de agressão verbal sofrida por um aluno no campus em que atua levando-a a fazer um Boletim de Ocorrência (BO) contra o aluno na delegacia da cidade e entrar com um processo administrativo contra ele, a professora relatou ainda que, infelizmente, não teve apoio nem da gestão do Campus e muito menos dos colegas de trabalho, conforme observamos na sua fala,

[...] tive uma situação lá no IFRN de um aluno é... um aluno senhor professor já só que ele era professor de experiência não era formado e já era a terceira vez que ele pagava uma disciplina comigo [...] ai ele fez uma final comigo e ai quando ele me entregou a prova eu disse olha tomara que você passe dessa vez eu desejo de coração boa sorte e realmente eu queria [...] ele começou a gritar comigo começou a gritar a dizer que eu não era toda essa cocada que eu achava que eu não era :: dona do mundo enfim fez um escândalo e me ameaçou disse que eu tomasse cuidado na

minha vida porque qualquer dia desses poderia acontecer uma coisa muito ruim comigo isso aos berros no corredor no que ele ia dizendo eu fui recolhendo minhas coisas [...] fui recolhendo as coisas e saindo tinha uns outros alunos e todo mundo paralisou e eu sou afrontosa eu fiquei batendo boca com ele e sai e fui imediatamente para a delegacia da cidade fui fazer um BO - **boletim de ocorrência** - quando fui fazer o BO não tinha delegado e o policia disse que isso era besteira que isso era coisa de aluno mesmo e que eu não devia ir atrás disso no dia seguinte eu fui comunicar a direção e aí a direção quis colocar panos quentes não ele tava de cabeça quente você não deve levar em consideração que é a terceira vez que ele paga disciplina ele nunca apresentou comportamento desse tipo e eu não tive apoio de ninguém nem da direção nem dos meus colegas [...]. (PROFESSORA H, 2018).

Ela relatou que abriu um processo administrativo contra o aluno e o mesmo foi suspenso por três dias, ele teve que fazer uma retratação e não podia estar no mesmo ambiente que ela. Como o aluno não passou na disciplina, ela teve que colocar a prova dele para ser avaliada por uma banca de colegas e assim outro professor teve que lecionar a disciplina para ele novamente. Mas ela se mostra indignada com essa situação, percebemos isso quando ela questiona “[...] será que se fosse algum dos outros professores ele teria gritado? ele teria afrontado? não ele não teria ele fez isso porque eu era mulher [...]”. (PROFESSORA H, 2018). O preconceito ocorre, infelizmente, de forma oculta nas atitudes e apesar de ser considerado crime no país, para que alguém venha a ser punido o ato tem que ser acompanhado de violência explícita.

O que é exposto pela docente vem ao encontro do que Faganello e Dasso Júnior (2009, p. 2542) analisam e descrevem,

[...] a violência contra as mulheres é invisibilizada em nossa sociedade, por um pacto de silêncio que acaba por proteger os agressores, que permanecem impunes e com a idéia de que não serão punidos por seus atos, dando continuidade assim as relações abusivas.

A professora Li, que também relatou discriminação e preconceito por ser mulher, informa que trabalha no mesmo campus que o marido, os dois possuem o mesmo cargo dentro da instituição, a mesma formação e lecionavam as disciplinas de domínio de ambos, mas ela percebia que os alunos não a procuravam para tirar dúvidas, eles recorriam sempre ao esposo dela que não lecionava a disciplina, como explica,

[...] eu sempre senti quando eu trabalhava com ele que existia um olhar diferente para ele do que existia para mim aí pronto eu acredito que isso seja um problema dele ser homem e eu ser mulher porque eu acredito isso

porque eu vi outros episódios acontecerem com outras professoras da Instituição [...]”. (PROFESSORA Li, 2018).

Ela continua dizendo que essa situação de recorrerem ao esposo dela, para tirarem dúvidas, não era apenas pelos alunos, que ele “era tratado de uma forma diferente de mim [...] e não era só por homens por mulheres também então professoras mulheres recorriam mais ao meu marido [...]”. Percebemos que a discriminação ocorre inclusive entre as colegas do mesmo sexo, quando deveria existir uma união para minimizar essas situações dentro e fora do ambiente de trabalho. Além disso, ela diz, foram oferecidos cargos de coordenação a seu esposo assim que ele chegou ao campus e a ela, que era mais antiga lá, nunca foi oferecido nenhum.

A professora Be mencionou que os alunos ficam com piadinhas pelo fato dela ainda não ter casado e não ter tido filhos, ficam com brincadeiras que foi por ela ter estudado demais, como expõe:

[...] teve um aluno na verdade que ele questionou [...] porque eu terminei duas graduações conseguir ir pro mestrado doutorado fiz um pós Doc. **e ele disse** ahh por isso que não casou ainda então assim é uma forma preconceituosa não deixa de ser né [...] eu só fiz rir porque às vezes certas respostas ou alguma coisa a pessoa não sabe a vida do outro então às vezes são as oportunidades[...]. (PROFESSORA Be, 2018).

Apesar de a docente não considerar as piadinhas algo de muita importância, ela questiona como os outros, independente de ser aluno ou amigo, podem questionar as escolhas de vida dela.

A partir dos relatos percebe-se a discriminação vivenciada por algumas dessas docentes no cotidiano, infelizmente muitas vezes não são consideradas preconceitos e discriminações, mas atitudes normais, mesmo quando de violência, apenas pelo fato de serem mulheres.

4.4.2 Convivência com os pares e superiores.

Ao analisarmos a percepção das docentes sobre a convivência com os pares, a única que não demonstrou uma boa relação com os pares foi a professora H. Ela explica que por ser a única mulher no grupo de química, pois tem outra duas docentes do curso de licenciatura em química mas são do núcleo pedagógico, segundo ela, muitas vezes precisa tomar a frente dos eventos e atividades para se fazer valer como profissional ou como pessoa e acrescenta que enquanto um deles

“[...] se esforça X eu como mulher tenho que me esforçar 2x para poder me valer [...]”. (PROFESSORA H, 2018).

Ela expõe um fato de preconceito que ocorreu com um superior, que acredita ter ocorrido por questões de gênero, como explica,

[...] um determinado diretor quando estava em exercício [...] **o campus** teve um problema na época com o motorista por causa desses cortes do governo ele saiu então disseram: já que você é coordenadora peça uma portaria para você dirigir carro oficial eu disse certo vou fazer isso só que o tempo passou e eu não me organizei e aí quando eu fui pedi foi a diretora oficial que tinha voltado e aí eu fui solicitar todos os outros coordenadores homens têm, essa portaria e a mim foi negada não me explicaram bem porque **só disseram** não porque qualquer coisa você chama um dos meninos é tanto que não tem nenhuma mulher que tem portaria para dirigir carro oficial e eu tinha pedido e a minha **foi** negada eu acho que é...mas ficou nas entrelinhas. (PROFESSORA H, 2018, grifo nosso).

Como a docente acredita, o preconceito vivido por ela é por uma questão de gênero, apesar de ter ficado nas “entrelinhas”, e o que mais nos chamou a atenção é a inversão de dominado e dominador, como descreve Louro (1997, p. 37) “[...] um homem dominante versus uma mulher dominada.”, mas nesta situação percebemos a dominação da mulher com a própria mulher, pois foi uma diretora que negou a portaria. Na sociedade é “comum” encontramos o homem com o papel de dominador e não a mulher, como é percebido em diversos trabalhos, no entanto, a mulher também é responsável por reproduzir os preconceitos de gênero. (DANIEL, 2011; LOURO, 1997; SILVA, 2012; dentre outros).

As demais docentes afirmaram que a convivência tanto com os pares como com os superiores é bem tranquila e pautada no diálogo, como expressa a professora He: “[...] sempre existe o diálogo nunca houve nenhuma questão nem uma discussão sobre a questão de eu ser mulher nunca tive nenhum problema de vivência não a convivência é bem tranquila.” (PROFESSORA He, 2018).

A professora Li cita ter alguns problemas de convivência, mas ela acredita que isso não é pelo fato de ser mulher como explica,

[...] as vezes acontece uma coisa ou outra não acho que é pelo fato de eu ser mulher e sim pelo fato da minha personalidade ser uma personalidade mais complicada eu vejo os outros colegas da química eu acho que na minha visão elas tem a relação boa com todo mundo e eu não tenho talvez essa relação boa com todo mundo não acho que é por eu ser mulher terem certos problemas da forma como eu ajo o meu comportamento e não da forma como eu sou vista por ser mulher não sei se isso influencia não sei se eu fosse homem seria diferente. (PROFESSORA Li, 2018).

As professoras Be e B, relataram que a relação delas com seus pares e superiores é bastante tranquila independente da relação de gênero, a professora B acrescenta “[...] nada é perfeito sempre tem alguns conflitos [...] mas até então não tive problema nenhum com colegas é ... alunos não tive problema nenhum.” (PROFESSORA B, 2018).

4.4.3 Divisão de disciplinas.

Ao serem questionadas sobre a divisão de disciplina no campus em que atuam, a resposta foi unânime e praticamente a mesma. Todas disseram que ocorrem por afinidade a determinadas disciplinas e todas afirmaram que gostam da forma como é feita. A escolha ocorre da mesma forma, de acordo com as cinco entrevistadas, mesmo de campi diferentes, como é explicado pela professora Li,

[...] a gente senta o coordenador ele bota o slide com todas **as disciplinas** que vão ser ofertados naquele semestre o professor que quer aquela disciplina vai dizendo eu quero isso eu quero aquilo e vai sendo exceto **se dois ou mais professores quiserem a mesma disciplina** [...] se coloca as disciplinas e os professores vão pensando aí eu nunca tive na situação de competir por disciplina porque nunca teve uma disciplina que eu quisesse e outra pessoa quisesse. (PROFESSORA Li, 2018)

Essa explicação é completada na fala das professoras He,

[...] a gente vai vendo as afinidades que cada um tem por uma determinada disciplina se chega um ponto que dois ou mais docentes têm a mesma afinidade, a um diálogo para poder decidir quem vai ministrar disciplina e acaba que nesse diálogo observa como tá o todo da carga horária daquele docente mas sempre se tem um consenso, nunca é taxado que fulano de tal tem que ficar com aquela disciplina não, é através do diálogo [...]. (PROFESSORA He, 2018).

Todas as docentes entrevistadas compartilham que foram contempladas nas descrições das situações acima. A professora H, apenas deixa explícito que mesmo que não esteja presente na reunião de divisão das disciplinas se tiver alguma disciplina relacionada à química orgânica automaticamente passa a fazer parte da carga horária dela.

Todas as entrevistadas deixam claro que nunca sentiram que determinadas disciplinas foram direcionadas a elas por questões de gênero.

4.4.4 Cargos de chefia e de confiança.

Pautada nas relações de gênero existe até hoje a ideia de que há cargos e trabalhos que são específicos para homens e para mulheres, se propaga a ideia de que existem papéis e ambientes que são considerados femininos e masculinos. (DANIEL, 2011). Com base nessa discussão, nesta subcategoria as entrevistadas falaram sobre os cargos de confiança que assumiram ou não e sobre a presença de mulheres em cargos de alta hierarquia na instituição.

Quando perguntamos se já exerceram algum cargo de confiança na instituição, apenas as professoras H e He responderam de forma positiva. A demais disseram que na instituição ainda não tinham exercido a função de chefia.

A professora H foi coordenadora do curso de Licenciatura em Química no período de 2014 a 2016 e desde 2016 é Coordenadora de Pesquisa do Campus em que atua. A mesma relatou passar por muitas dificuldades na coordenação de pesquisa, uma vez que, segundo ela, precisa cobrar cotidianamente aos coordenadores de projetos a atualização do andamento dos projetos no Suap e muitas vezes não é levada a sério pelos colegas, como comenta a situação,

[...] uma coordenação que é muito [...] fadigosa que causa fadiga porque você se indispõe com os seus colegas [...] a gente monitora os projetos de pesquisa e aí tudo fica registrado no SUAP [...] as vezes esse monitoramento é muito desgastante porque você chegar para um colega de trabalho e fazer uma cobrança olha fulano alimente o suap tá faltando isso tá faltando aquilo e quando você é mulher fazer essa cobrança é 2x mais difícil porque a maioria desses projetos são coordenados por homens e quando você vai fazer a cobrança e aí essa cobrança pode ser presencial ela poder ser por email né... então chama **o coordenador do projeto** na sala mostra e nada é coletivo então você percebe um “tá bom” “tá entendi sei que tenho que fazer isso” “depois eu faço” você percebe a falta de atenção e quando esse negócio se torna repetitivo se torna pessoal [...] o que eu sinto mais é isso talvez se fosse um homem cobrando de outro homem tivesse um pouco mais de não vou dizer de respeito mas de confiança de um para outro é tanto que o coordenador anterior ele tinha menos dificuldades nas cobranças desses projetos que era homem comigo eu tenho que tá mês a mês pedindo a uma pessoa que faça aquilo que ele já se propões a fazer inclusive documentalmente isso é enfadonho : cansa e como eu disse se torna pessoal eu acho que na figura masculina para isso impõe um certo respeito. (PROFESSORA H, 2018, grifo nosso).

Percebe-se na fala da docente a dificuldade enfrentada, pela discriminação de gênero, quando ao ocupar um cargo de chefia e tendo que liderar, em maior parte, um público masculino. Sobre isso, Andrade (2016, p. 34), no estudo técnico da Câmara de Deputados, afirma “No caso da mulher, a discriminação de gênero, que decorre da própria condição feminina, é talvez a mais evidente barreira

discriminatória.”. O fato de ser mulher já gera discriminação e ao assumir posto de hierarquia causa desconforto e segregação, em alguns homens, mesmo que essa discriminação não seja explícita, ela se dá na forma de tratamento, de respeito que os homens assumem quando uma mulher está na chefia.

Já a professora He nos conta que foi coordenadora do Curso da Licenciatura em Química, no período de 2015 a 2017. Ela disse não ter tido nenhuma dificuldade em relação ao fato de ser mulher, “na realidade eu acho que os desafios que eu tive que enfrentar seriam afetados não pela questão de gênero mas pela questão de ocupar aquele cargo [...]” (PROFESSORA He, 2018). A docente acredita que independe das questões de gênero, os cargos de chefia já trazem desafios próprios e que não sentiu desconforto ao assumir o posto de coordenadora, pelo fato de ser mulher.

As demais docentes disseram nunca ter assumido cargos de gestão, as professoras Be e B assumiram durante 1 ano a coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), mas como expõe a professora Be, e contempla a professora B na sua fala, foi “[...] coordenadora no caso do PIBID mais alguma coordenação específica dentro do campus não.” (PROFESSORA Be, 2018).

A professora Li afirma que não deseja cargos de gestão ou de confiança dentro da instituição, como pode ser percebido em sua fala, por questões de gênero,

[...]porque eu acho que a situação da mulher gestora dentro do IF - não é a [...] mesma situação do homem gestor não é a sensação coletiva das pessoas a forma como as pessoas falam da mulher não é a mesma forma que as pessoas falam do homem nos bastidores das fofocas eu vejo se tratar a mulher diferentemente então se eu quisesse uma gestão eu ainda ia ... refletir muito mas eu não quero não acho que eu estou para isso. (PROFESSORA Li, 20018).

Fica explícito na fala da professora Li o quanto a mulher em cargos de superioridade são discriminadas e não é dado o mérito necessário, Faganello e Dasso Júnior (2009) afirmam que apesar dos esforços e conquistas, as mulheres ainda não conseguiram posições de igualdade com os homens.

O que se percebe na fala da maioria das entrevistadas é que, mesmo não percebendo explicitamente o preconceito, elas compreendem o quanto é mais difícil para a mulher se impor em um meio predominantemente masculino, tanto que a professora Li prefere nem assumir um cargo de gestão.

Ainda nesse contexto de cargos de confiança e de gestão, questionamos se, na percepção delas, existem poucas ou muitas mulheres ocupando cargos de alta hierarquia no IFRN. As respostas tiveram contextos diferentes, mas no geral as cinco entrevistadas nos levaram a entender que dentro do IFRN são poucas as mulheres que assumem cargos de alta hierarquia, como acrescenta a professora He (2018), “Conheço algumas mulheres que têm cargos elevados no IFRN e se a gente for parar para pensar no número comparativo é bem inferior ao dos homens.” (PROFESSORA He, 2018).

Silva (2010, p. 99) descreve que o número de homens que ocupam cargos de chefia e de decisões são superiores aos de mulheres e “Paradoxalmente, associam-se às mulheres tarefas profissionais menos desgastantes em termos físicos e dificulta-se-lhes o acesso a cargos de poder pela exigência social de cumprirem as tarefas de educar filhos/ as e cuidar da família.”

A professora Be, acredita ser desproporcional o quantitativo entre mulheres e homens nesses cargos, mas assim como a professora H, ela se mostra otimista em relação à presença feminina, pois de acordo com ela “[...] tá mudando já : tá aumentando consideravelmente [...]” (PROFESSORA Be, 2018). Acrescenta ainda que “[...] a mulher ela tem capacidade de assumir qualquer cargo” (PROFESSORA Be, 2018), mas acredita que “Talvez ainda se tenha um pouco de preconceito em relação a isso [...]”. Corroborando esse posicionamento, a professora B acrescenta que “[...] não acho que seja pelo fato da mulher não ter capacidade [...].” (PROFESSORA B, 2018). E nos confidencia que não assumiu uma coordenação, nesse momento, por motivos pessoais.

[...] porque o momento que eu vivo pessoal não me permite porque é trabalhar com a qualidade que eu quero trabalhar então no dia que eu assumir a coordenação é porque eu estou é preparada eu estarei é: com a cabeça pronta pra assumir uma coordenação mais é o fato é que porque ninguém sabia da minha situação pessoal [...]. (PROFESSORA B, 2018).

Em contraste ao exposto pelas docentes He, Be e B a professora H, afirma que no campus em que atua a presença feminina nos cargos mais altos é bem superior à dos homens, mas na reitoria, por exemplo, ela acredita que os postos mais altos são de homens e as mulheres ficam mais na função de assessoria, o que segundo ela é positivo, porque a presença feminina vem crescendo, assim explica que,

[...] na reitoria eu vejo que tem muito homem em cargo de chefia e muita mulher assessorando então mulher sempre mais embaixo como sub e ela assessorando os homens mas mesmo assim eu ainda vejo como uma participação significativa não é algo assim perdida acho que vem crescendo não sei a impressão que tenho é essa que numericamente [...] sim que vem crescendo e... mulheres cada vez se mostra mais forte dentro da instituição mas fortes capazes e isso tende a ser uma crescente pelo menos é o que eu espero. (PROFESSORA H, 2018).

A professora Li diz não saber exatamente o porquê de a instituição apresentar poucas mulheres em cargos de gestão, e faz a seguinte reflexão,

[...]a gente elege pouca mulher de gestão talvez **porque** pouca mulher se candidate a última eleição para reitor a gente não teve nenhuma candidata a gente só teve candidatos homens na eleição para DG no meu campus candidatos homens talvez tenham poucas candidatas mulheres para DG e para reitor e consequentemente [...]o reitor vai escolher os pro reitores [...]pela proximidade talvez a proximidade sejam **com** homem pessoas que ele conhece que trabalhem bem normalmente seja pessoas mais próximas a ele talvez sejam homens não saberia te dizer mas o fato da gente não ter **candidatas mulheres** na eleição já é um problema grave[...]. (PROFESSORA Li, 2018, grifo nosso).

Sobre os critérios de escolhas de pró-reitores e de cargos de confiança, a professora H diz, “[...] eu não sei dizer [...] qual seria um critério para que aquilo acontecesse né porque não mais mulheres do que os homens será que as mulheres também não seriam capacitadas para poder assumir aqueles cargos [...]” (PROFESSORA He, 2018).

Analisa-se que as docentes, demonstram confiança e acreditam que está crescendo o número de mulheres que assumem cargos elevados na instituição. Mas, infelizmente é nítido que o preconceito e a discriminação de gênero nos cargos de chefia ainda é grande, a autora Saavedra (2015, p. 263) nos descreve uma situação que confirma essa discriminação, ela afirma os homens quando se insere em ambientes considerados “femininos” conseguem assumir rapidamente cargos mais altos, subir na carreira e ocupar “[...] lugares de chefia, seja no mundo empresarial, seja no acadêmico.”.

No relatório de monitoramento global da educação, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 2018, é apresentado que

Mais de 75 países estabeleceram políticas de cotas para garantir que mais mulheres assumam papéis de liderança (O'Brien; Rickne, 2016). Os pioneiros incluem Uganda, que em 1989 determinou que 18% dos assentos no parlamento deviam ser reservados a mulheres, e Argentina, que em

1991 exigiu que 30% das nomeações dos partidos fossem mulheres (Hughes et al., 2015).” (UNESCO, 2018, p. 24).

Isso mostra que a luta para que mulheres possam assumir lugares elevados seja nas instituições de ensino, na política ou em cargos executivos é mundial e que o IFRN reflete essa realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esta pesquisa constituiu-se a partir da investigação sobre as relações entre os gêneros em um contexto social de discriminação, partindo da perspectiva que vivemos uma sociedade patriarcal. A educação das mulheres e o espaço no mundo do trabalho são marcados por lutas e desafios. Constatamos que a educação para as mulheres ocorreu de forma tardia, percebe-se isso a partir das escolas de educação profissional que reproduziu durante muito tempo, a divisão entre os sexos e de cuja formação as mulheres estavam afastadas ou, quando inseridas, sua formação se dava a partir dos estereótipos sociais que mantinham as relações de dominação de um sexo sobre o outro.

Ratificamos que foram poucas as escolas profissionais voltadas para o sexo feminino no início da república no país, pois o Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro, foi o local de maior concentração dessas escolas. Constatou-se que essas escolas eram responsáveis pela formação profissional de moças com cursos voltados para o lar, como corte e costura, cozinha, economia doméstica e artes, ou seja, as ofertas de curso eram voltadas única e exclusivamente para o ambiente doméstico. Vale salientar que, apesar de voltadas para cursos mais artesanais e direcionados a atividades domésticas as escolas profissionais femininas foram uma grande conquista para o sexo feminino, uma vez que as mulheres não tinham sequer direitos perante a sociedade civil.

Essa situação tem mudado com o passar dos anos, as mulheres já têm acesso à educação em todos os níveis e modalidades e verificamos que o número de mulheres que concluem algum curso superior é maior que o número de homens nos 8 anos pesquisados, mas algumas áreas são marcadas e determinadas por diferenças entre os sexos, assim, refletimos sobre o que persiste do passado no presente, com a perspectiva de que essa reflexão sirva de instrumento para a mudança.

Constatamos ainda que as mulheres, apesar de terem ocupado diversos espaços no mundo do trabalho que antes não ocupavam, ainda mantêm de forma predominante as obrigações domésticas que não foram minimizadas ou divididas por ambos os sexos. Como descreve Alves (2016, p. 40)

Ao mesmo tempo em que as mulheres construíram novos conhecimentos profissionais e passaram a ocupar espaços antes ocupados apenas pelos

homens, as obrigações domésticas e do cuidado continuaram rotuladas como tarefas de responsabilidade predominantemente femininas.

Apesar do número de mulheres com acesso à formação de nível superior ter crescido nos últimos anos, sua presença ainda é bastante pequena nas áreas tidas como ciências "duras", caso dos cursos de engenharia, ciências, matemática e computação. De acordo com Almeida e Zanlorenssi (2017), o sexo feminino é predominante em cursos das áreas de saúde e bem-estar social, educação, ciências sociais, humanidades e artes. Os dados demonstram, portanto, que persiste a divisão de gênero na formação superior.

A realidade do IFRN não é diferente, a atuação de docentes mulheres no curso de licenciatura em química, na instituição, como constatou a pesquisa realizada, é significativamente menor, em relação aos professores homens, revelando grande disparidade de gênero no mundo do trabalho. Consideramos que os cursos de Química não são de maior predominância masculina enquanto as mulheres são discentes mas isso muda quando se passa a analisar a perspectiva de sua atuação como docentes, principalmente no nível superior.

Depreendemos que as docentes entrevistadas já passaram por alguma situação em que sofreram discriminação de gênero ou preconceito pelos pares, alunos ou superiores, que elas têm consciência das conquistas já alcançadas pelas mulheres e que, mesmo quando não totalmente conscientes das questões sociais relacionadas a essas diferenças entre os gêneros, se mostraram abertas a refletir e a atuar no sentido de mudar a realidade dessa desigualdade.

Constatamos ainda que, sob a perspectiva das entrevistadas, são poucas as mulheres que possuem cargos de alta hierarquia no IFRN, o que também reflete uma realidade que é de toda a sociedade e que, muitas vezes, não é percebida como um preconceito dessa desigualdade.

Concluimos esse trabalho apontando a urgente necessidade de uma educação e formação pautada na equidade entre os gêneros, assim como a necessidade de mais pesquisas na área de gênero na educação profissional.

A professora H foi a entrevistada que mais demonstrou ter sofrido discriminação no campus em que atua e ao mesmo tempo percebemos que é o campus que possui o maior número de mulheres em cargos de alta hierarquia, dentre os campi pesquisados, o que reforça a discriminação pelo mesmo sexo, o oprimido agindo como opressor.

Observamos ainda, que as relações entre os gêneros, a partir da percepção das docentes que atuam nas disciplinas do núcleo específico da licenciatura em química, reflete no fato de que as mulheres ainda são minoria entre os professores da área específica e se ressentem de não ascender profissionalmente em experiências que extrapolem o ensino, como a gestão.

Assim, mesmo reconhecendo os avanços das mulheres nos espaços públicos, a equidade entre os gêneros ainda está longe de ser uma realidade nas mais diversas áreas de nossa sociedade e o IFRN não é diferente.

Enfim, esta pesquisa mostrou que ainda há muito a ser pesquisado sobre as relações de gênero no ensino superior e na educação profissional. Portanto, entendemos que é preciso continuar a empenhar esforços no sentido de ampliar as análises e reflexões sobre os motivos que fazem certas carreiras serem classificadas como carreiras masculinas ou femininas e como isso pode mudar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – **Revista da Universidade dos Açores**, Ponto Delgada, Portugal, 2ª série, v. 6, p. 443-469, 2002. Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/380/1/Zina_Abreu_p443-469.pdf. Acesso em: 27 de out. 2017.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. Site: **NEXO Jornal**. São Paulo, 13 dez. 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/12/13/G%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-de-estudantes-do-ensino-superior-no-Brasil-por-curso-e-%C3%A1rea?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR29OsbaTX7Ty2EHg3PdHnrJtD_2AxRjeE4JzE2g0vZ5aGZv02wthpG1knM#link_time=1525018794. Acesso: 18 de março de 2018.
- ALMEIDA, Andréia. **Educação profissional e a relação de gênero: razões de escolhas e a discriminação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- ALVES, Hellen Virginia da Silva. Educação profissional, percepção de gênero e o espaço da mulher técnica em informática: uma investigação entre alunas e alunos do serviço nacional de aprendizagem comercial Senac de Porto Velho - RO. **Revista Formação**. Porto Velho, v. 4, n. 23, p. 31-56, 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/4504/3696>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?** Brasília, DF: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARAUJO, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARROIO, Agnaldo. Formação docente para o ensino superior em química. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, p. 1-12.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 16, p.207-228, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino superior: Distribuição e Representatividade. **Cadernos do GEA.**, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos** (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio: uma análise dos dados do Censo Escolar – 2001 a 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

- BONATO, Nailda Marinho da Costa. A educação feminina no espaço escolar oficial do rio de janeiro do final do império à primeira república - a escola normal: uma escola para mulheres?. *In*: Congresso Brasileiro de História da Educação, 1, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. A segunda escola profissional para o sexo feminino (Rivadavia Corrêa) do Distrito Federal ou a trajetória de sua diretora – Benevenuta Ribeiro (1913-1961). **Série-Estudos.** Campo Grande, MS, n. 25, p. 85-102, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 8 dez. 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. Tradução de: Renato Aguiar.
- CARDOSO, Vera Lúcia. **Inserção de mulheres: um estudo sobre a presença feminina em escolas de educação profissional no Brasil (Belo Horizonte) e em Portugal (Lisboa).** 2016. Tese (Doutorado em Ciências sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salette. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. **R. Inter. Interdisc.,** Florianópolis, v.8, n.2, p. 20-35, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes. **Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança.** Brasília, DF: CNPQ. 2017. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-e-sexo>. Acesso em: 15 out. 2018.
- CORNELIO, Alice da Silva. **Políticas para o trabalho docente na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: Relações de Gênero.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- COSTA, Anabelle Carrilho da; PONTES, Juliana Gomes. A percepção das engenheiras sobre as relações de gênero no mercado de trabalho. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E GÊNERO, 7, 2010, Curitiba. **Anais...** UTFPR, 2010. p. 1-11.
- CRUZ, Maria Helena Santana. Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos. *In* NEVES, Paulo Sérgio Costa (Org.). **Educação Cidadania e Questões contemporâneas.** São Paulo: Cortez editora e Editora UFS, 2009.
- DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão,** Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 323-344, 2011.
- DESCONSTRUINDO a Amélia. **Compositor e interprete: Pitty.** [S.l.]: Deckdisc, 2011. 1 CD.
- DINIZ, Carmen Regina Bauer. Movimentos feministas da década de sessenta e suas manifestações na arte contemporânea. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS

TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS, 8, 2009, Salvador. **Anais...**

Salvador: ANPAP, 2009. p. 1541-1555.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli; DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica. *In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUCRS*, 10, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2009. p. 2542–2549.

GAZE, Isabella Paula. Ensino profissional no distrito federal: A administração legal da instrução pública na década de 1910. *In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*, 11, 2012, João Pessoa.

Anais... João Pessoa: HISTERDBR-PB, 2012. p. 838–864. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.11.pdf
. Acesso em: 6 out. 2017.

GOMES, Warley Alves; CHAMON, Carla Simone. Entre o trabalho, a escola e o lar: o caso da escola profissional feminina de Belo Horizonte. *In: Seminário Nacional de Educação Tecnológica*, 2, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SENEPT-CEFET-MG, 2010, p. 1-10.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino.

História, Ciências, Saúde, Manginhos, RJ, v.15, supl., p.117-132, 2008.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. O ensino profissional no Rio Grande do Norte: 1909-1942. *In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 6, 2006, Uberlândia, MG. **Anais...** UFU, 2006. p. 5990-6002.

INCERTI, Tânia Gracieli Veja; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Relações de gênero e educação profissional: uma análise a partir da realidade educacional do IFPR. *In: Jornada LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA*, 11, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Associação brasileira de estudos sociais das ciências e das tecnologias. 2016. p. 1-12.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2010**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2011**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.

- INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- IFRN, **Resolução Nº 08/2012-CONSUP/IFRN**: Projeto pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Química na modalidade presencial. Natal: IFRN, 2012.
- LAGRAVE, Rose Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. *In*: Françoise Thébaud (Dir.) **História das mulheres. O século XX**. São Paulo: Ebradil, 1991. p. 505-543.
- LARA, Luiz. Fernando, CAMPOS, Elaine Aparecida Regiani de, STEFANO, Silvio Roberto, ANDRADES, Sandra Mara de. Relações de gênero na polícia militar: narrativas de mulheres policiais. **HOLOS**, v. 04, p. 56-77, 2017.
- LIMA, Victor dos Santos. **Outro olhar sobre a lei de conservação das massas: abordagem da natureza da ciência e relações de gênero na ciência no Ensino de Química**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1993. p. 57-87.
- LUCAS, Marcelly Kathleen Pereira; SILVA, Karla Katielle Oliveira de; NETA, Olívia Moraes de Medeiros. A Escola Profissional do Alecrim (década de 1920). **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetinga, SP, v. 6, n. 1, p. 3-12, 2019.
- MALDANER, Otavio Aloisio. **A formação inicial e continuada de professores de Química**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.
- MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, Roque. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191–211, 2003.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 2º ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.
- MARTINS, Angela Maria Souza. Análise Histórica das práticas educativas da Escola Rivadávia Corrêa de 1913 a década de 1950. *In*: Congresso Brasileiro de História da Educação, 6, 2013, Cuiabá, MT. **Anais...** UFMT, 2013. p. 1-15.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, São Paulo, v.19. n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v19n19p5-15>. Acesso em: 08 de set. de 2017.
- MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, Jaqueline (org.) et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.p.58-79.
- MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NÍSIA FLORESTA, A mulher. *In*: NÍSIA FLORESTA. **Cintilações de uma alma brasileira**. Florianópolis: Editora mulheres, 1997. p. 85–157.

- NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária: mestra ou tia**. São Paulo: Cortez, 1991.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. (1991) Rocco (digital), 2012.
- OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3, 2014, Londrina, PR. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. p. 0-7.
- OLIVEIRA, Alana Lima de. **Direito das mulheres: um enfoque sobre Nísia Floresta e a política da tradução cultural**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- PINTO, Érica Jaqueline Soares; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Gênero: um fator condicionante nas escolhas de cursos superiores. **18º REDOR**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2014.
- PINTO, Teresa (coord.); NOGUEIRA, Conceição; VIEIRA, Cristina; SILVA, Isabel; SAAVEDRA, Luísa; SILVA, Maria João; SILVA, Paula, TAVARES, Teresa-Cláudia, PRAZERES, Vasco. **Guião de Educação Género e Cidadania - 3ºciclo do ensino básico**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2015.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In: DEL PRIORE, Mary (Org.)*. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606.
- RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antônio Maria. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 4, 2010, Uberlândia. **Anais...** Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.
- REIS, Greissy Leoncio. **O gênero e a docência: uma análise de questões de gênero na formação de professores do Instituto de Educação Euclides Dantas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- REIS, Fabiana de Arruda Resende; MARTINEZ, Silvia Alicia. O ensino profissional feminino no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). **A cor das letras**. v. 12, n. 1, p. 27-45. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1465/pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- REIS, Fabiana de Arruda Resende. **O ensino profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da escola profissional feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922 - 1930)**. 2013 Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2013.
- RESENDE, Stella. Uma questão de gênero: Mulheres, Forças Armadas e Operações de Paz. **Cadernos de relações internacionais**, v.11, n. 2, p. 76-95, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32188/32188.PDFXXvmi>. Acesso em: 28 set. 2018.

- RODRIGUES, Rosane Nunes. Educação doméstica e a produção de imagens femininas (DF-1920-1930). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO NO BRASIL: história e historiografia*, Rio de Janeiro, 1, 2000. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, Caderno de resumos, 2000.
- RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914 – 1945)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9. n. 2, p. 515-540, 2001.
- SAADEDRA, Luísa. Assimetrias de gênero nas escolhas vocacionais. *In: PINTO, Teresa (Coord.)*. **Guião de Educação Género e Cidadania - 3ºciclo do ensino básico**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2015. p. 261–270.
- SANTOS, Nadja Paraense dos; MASSENA, Elisa Prestes. As marcas do gênero na ciência: a formação do licenciado e do químico na antiga FNFI e no instituto de química/UFRJ. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 7, 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação brasileira de pesquisa em educação em ciências, 2009. p.1-12.
- SANTOS, Elza Ferreira. **Gênero, educação profissional e subjetividade: discursos e sentidos no cotidiano do Instituto Federal de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- SÁ, Carmen Silvia da Silva; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Licenciatura em Química: carência de professores, condições de trabalho e motivação pela carreira docente. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 8, 2011, Campinas, São Paulo. **Anais...** Campinas, São Paulo: Associação brasileira de pesquisa em educação em ciências, 2011. p.1-12.
- SÁ, Carmen Silvia da Silva; SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. Constituição de identidades em um curso de Licenciatura em Química. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 315-338, 2017.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n 2, p.71-99,1995.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – pensamento e movimento. **Travessias**, [S.l.] v. 2, n. 3, 2008.
- SILVA, Paula. As crenças e os estereótipos de gênero nas atividades profissionais. *In: PINTO, Teresa (Org.)*. **Guião de Educação Género e Cidadania - 3ºciclo do ensino básico**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. p. 99–102.
- SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Direito em Foco**. [S.l.] 5. ed., p. 1-9, 2012. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2012/desigualdade_impоста.pdf. Acesso em: 22 mar 2018.
- SILVA, Paula; SAAVEDRA, Luísa. Género, saberes e competências. *In: PINTO, Teresa (Coord.)*. **Guião de Educação Género e Cidadania - 3ºciclo do ensino básico**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2015. p. 71–72.

- SOHN, Anne Marie. Entre duas guerras. Os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: THÉBAUD, Françoise (Dir.) **História das mulheres. O século XX**. São Paulo: Ebradil, p. 115 -145, 1991.
- SOUSA, Aline Batista de; SALGADO, Tania Denise Miskinis. Diferenças entre gênero na carreira do técnico em química: dos bancos escolares à atuação. **Revista Thema**. v. 14, n. 3, p. 37-49, 2017.
- SUAP, **Sistema Unificado de Administração Pública**. Natal: IFRN, 2018.
- TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; FREITAS, Marcel de Almeida. Mulheres na docência do ensino superior em cursos de física. **Ensino Em Re-Vista**, v. 21, n. 2, p. 329-340, 2014.
- TORRES, Adriana Patricia Gallego; BADILLO, Romulo Gallego. História, Epistemologia y Didáctica de Las Ciencias: unas Relaciones Necesarias. **Ciência & Educação**, v.13, n. 1, p. 85-98, 2007.
- UNESCO, **Relatório de monitoramento global da educação 2018**: relatório conciso de gênero; cumprir nossos compromissos com a igualdade de gênero. Brasília, DF: UNESCO, 2018.
- VASCOUTO, Lara. 25 Privilégios de que Homens Usufruem Simplesmente por serem Homens. In: **Blog nó de oito**. [S.l.], 27 fev. 2016. Disponível em: <http://nodeoito.com/privilegios-homens/>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu.**, n.17-18, p.81-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- YANNOULAS, S.C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.
- YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1º Ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

PESQUISADORAS:

Sebastiana Estefana Torres Brilhante (Mestranda) e
Ilane Ferreira Cavalcante (Orientadora)

SUJEITOS COLABORADORES:

Professoras que atuam nas disciplinas do Eixo Específica de química no Curso de Licenciatura em Química do IFRN.

ENTREVISTA**OBJETIVO GERAL:**

Analisar as representações dos docentes que atuam nas disciplinas do Eixo Específico no Curso de Licenciatura em Química do IFRN sobre as relações de gênero em sua atuação profissional.

EIXO 1: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO, IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

- 1) Qual sua idade?
- 2) Qual a sua graduação? Você tem pós-graduação? Se sim, em que área?
- 3) O que te fez escolher o Curso de Química?
- 4) Em seu percurso formativo, você teve formação para docência?
- 5) Pode fazer um breve resumo do seu percurso como docente do IFRN, referindo ao tempo de magistério, tempo de atuação no Curso de Licenciatura em Química e as disciplinas ministradas.
- 6) Pode fazer um breve resumo sobre a escolha pelo magistério como profissão e a escolha pelo Curso de Química?

EIXO 2: QUESTÕES DE GÊNERO

- 1) O que você entende por papéis de mulheres e homens na sociedade?

- 2) Você acredita que há desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade. Justifique.
- 3) Na sua opinião, existem cursos e trabalhos mais de homens e outros mais de mulheres? Justifique
- 4) As relações de gênero podem influenciar nas opções tanto para mulheres como para homens, restringindo os campos de atuação conforme o sexo?
- 5) Na sua opinião existe um gênero predominante nos Cursos de Licenciatura em Química? Porque?
- 6) Será que existem desestímulos e obstáculos implícitos e/ou explícitos na cultura e no profissional do químico a partir de interferências de gênero?

EXPOSIÇÃO DA FIGURA 1

EIXO 3: VIVÊNCIA DA RELAÇÃO DE GÊNERO

- 1) Você já sofreu algum tipo de discriminação (gênero, racial, religioso...) por parte dos colegas, superiores ou pelos alunos pelo fato de ser mulher atuando como professora nesse curso?
- 2) Pode fazer um breve resumo de como tem sido a sua convivência em seu local de trabalho com seus pares, superiores e com os alunos?
- 3) Como são distribuídas as disciplinas entre os professores do Eixo Específico da Licenciatura em Química?
- 4) Você observa se existem disciplinas que são mais ministradas por docentes homens ou por docentes mulheres?
- 5) Na sua opinião, há pouca representação feminina na docência no curso de Química no IFRN ou é similar à masculina?
- 6) Que tipo de discriminação você percebe ou já percebeu por parte dos homens docentes relacionados às mulheres no Campus que atua?
- 7) Você ocupa ou já ocupou cargo de chefia ou de confiança? Em que período?
 - 7.1) Se sim (na questão anterior), você percebeu desafios encontrados por ser mulher ao assumir um cargo de chefia ou de confiança? Se sim, quais?
- 8) Você conhece mulheres em cargos elevados de gestão no IFRN? Há, em sua percepção muitas ou poucas?
- 9) Se são poucas, por que existe um número reduzido de mulheres ocupando cargos de alta hierarquia na Instituição em que atua?
- 10) Em sua concepção, por que existem poucas mulheres ocupando cargos de alta hierarquia na Instituição em que atua?

11) Quais são suas perspectivas futuras na Instituição?

12) Você gostaria de acrescentar alguma consideração que ache importante e que não foi levantada nas questões anteriores?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)



Prezada Professora,

Você está sendo convidada a participar dessa pesquisa de mestrado, por meio de uma entrevista de forma totalmente voluntária.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo analisar as representações das docentes que atuam nas disciplinas do núcleo específico no curso de Licenciatura em Química do IFRN sobre as relações de gênero em sua atuação profissional.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em falar sobre minha experiência como docente no curso de Licenciatura em Química e as minhas percepções sobre as relações de gênero entre os docentes, por meio de uma entrevista gravada que terá duração de aproximadamente quarenta minutos.
3. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
4. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
5. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
6. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Natal, ____ de _____ de 2018

Assinatura do participante